



Carlos Magalhães de Gênes

Magalhães de Azeredo e Afonso Arinos

AFONSO ARINOS, FILHO

Quando cheguei a Roma, em 1956, para ocupar o meu primeiro posto diplomático, como secretário da Embaixada do Brasil na Itália, Afonso Arinos recomendou-me – como Afrânio de Melo Franco fizera com ele, três décadas mais cedo – que ali procurasse o embaixador aposentado Carlos Magalhães de Azeredo.

Eu já o conhecera antes, em nossa casa, no Rio, e, durante os três anos nos quais servi, então, em Roma, visitei-o amiúde. Faziam-me companhia, às vezes, brasileiros eminentes de passagem pela capital italiana – ou nela residentes, como Murilo Mendes –, curiosos de encontrá-lo, que Magalhães de Azeredo sempre recebeu, prestigiado e contente por ter interrompida a própria solidão. Apresentei-lhe Carlos Lacerda (a quem ele saudou como “o ardente polemista”) e Gilberto Freire (“o ilustre sociólogo”). Mas não reconheceu Murilo, quando este, finda a visita, tentou fazer-se notar, aos brados (Azeredo estava surdo): “– Embaixador, somos colegas!” “– Ah!

Afonso Arinos, filho é o nome literário de Affonso Arinos de Mello Franco, o terceiro do nome a pertencer à Academia Brasileira de Letras. O primeiro foi Afonso Arinos (1868-1916) e o segundo, Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990). Diplomata e escritor, autor de *Primo canto* (*Memórias da mocidade*), *Três faces da liberdade*, *Atrás do espelho* (*Cartas de meus pais*), *Tempestade no altiplano* (*Diário de um embaixador*).

também é diplomata?” “– Não, poeta!” E Azeredo, protetor. “– Pois bem, mande-me seus versos.”

Muito idoso, o último fundador ainda vivo da Academia Brasileira de Letras achava-se em dificuldades crescentes para viver com dignidade os anos que lhe restavam. Afonso Arinos foi vê-lo comigo, condeu-se da sorte do antigo mestre, e, de regresso ao Brasil, intercedeu por ele com o então chanceler Negrão de Lima. Este, pouco depois, iria a Roma em viagem oficial, e levei-o a Azeredo. Negrão, impressionado, criou para o ancião um cargo honorífico de consultor na Embaixada do Brasil junto à Santa Sé, acrescentando-lhe assim, com uns poucos dólares mensais, as parcas economias.

Após a morte de Arinos, encontrei, entre os seus papéis, trinta missivas de Magalhães de Azeredo – escritas de 1929 a 1963, várias endereçadas à Suíça, onde o jovem Afonso buscava (e obtinha) cura para os pulmões enfermos. Entremeados nelas, transcrevo artigo que Afonso Arinos publicou em *O Jornal* – feliz por haver recebido boas notícias de Azeredo, depois de quase oito anos sem correspondência, interrompida pela guerra –, e, em seguimento às cartas, os trechos dedicados ao amigo ausente em três dos seus volumes de lembranças, e no livro *Amor a Roma*.

Em *Planalto*, terceiro tomo das recordações, Afonso anotou a 7 de janeiro de 1966: “Eu mesmo tenho numerosas (*cartas*) dele, (*Azeredo*), que algum dia, talvez, venha a reunir e publicar na *Revista* da Academia.” Mas não chegou a concretizar o intento. Faço-o aqui, em sua memória e na do meu velho companheiro de Roma, que eu viria a suceder, um dia, como embaixador do Brasil no Vaticano.

Cartas de Magalhães de Azeredo a Afonso Arinos de Melo Franco

Via Po, 32. Roma.
10 de fevereiro de 1929.

Meu querido Afonso,

Por favor, não veja na demora desta carta uma espécie de represália pelo silêncio que você longamente guardou para comigo. De modo algum. Antes, com toda lisura lhe digo que, se aquele silêncio por muitas razões merecia desculpá-lo, para a minha tardança em responder-lhe só posso esperar perdão, apelando para a sua indulgência de amigo, e alegando, como circunstância, não justificativa, mas atenuante apenas, da minha falta, os muitos trabalhos de várias espécies, que me ocasionam sempre grande desordem na vida.

Aceite, pois, meu querido Afonso, as mais sinceras e calorosas congratulações pelo seu casamento, com a certeza de que, se elas lhe chegam atrasadas, pronto foi e constante será o nosso júbilo pela sua felicidade tão merecida. Peço-lhe que transmita a sua Senhora, de quem muito e com muita simpatia nos lembramos, a expressão desse sentimento.

Abraça-o com afeto e saudade o seu muito dedicado

Azeredo.

Savoy-Hotel, Lausanne, [Suisse]]

2.X.1929

Saudoso abraço.

Breve escreverei.

Azereido



(Savoy Hotel, Lausanne Ouchy)

7 de outubro de 1931

Querido Afonso,

Você partiu de Lausanne a tempo de evitar o calor importuno destes últimos três dias, que decerto lhe teria feito mal. Hoje o céu está coberto, enfarruscado e creio que virá uma chuva salutar.

Restituo-lhe o seu poema, desejando, e esperando ainda, que um Moisés novo aja contra o novo mar Vermelho como o antigo contra o do seu tempo; isto é, sepulte nele os novos filisteus. Não tenho absolutamente fé alguma na aventura comunista, que não é um sonho de genial redenção, mas o pesadelo vesânico e sádico de uma Europa enferma. Que ela sare, e ressurja do seu pantanal de erros e culpas! (Com a infantil América é vão contar, por enquanto.) Não creio que a civilização possa existir sem capitalismo, e sem livre concorrência em todos os ramos do trabalho humano. O estado socialista do visionário Marx só pode conduzir a um rápido e contínuo abaixamento do nível intelectual, moral, e até econômico, dos povos. Nem creio na arte coletiva, senão como execução de cousas criadas por grandes espíritos dominadores, qual se viu nos templos gregos, e, sobretudo, nas catedrais da idade média, em cujos labores anônimos de detalhe,

subordinados aos vastos planos de conjunto, se revela justamente o talento “individual” dos artífices.

Como você não pôde tirar aqui a instantânea que desejava, mando-lhe uma tirada em Rapallo há poucos meses. Nossos recados afetuosos para o casal amigo, e para você um saudoso abraço do seu muito dedicado

Azeredo.



Savoy Hotel. Lausanne.
13 de outubro de 1931.

Querido Afonso, tenho esperado nestes dias uma carta sua. Recebeu a minha? Como estão passando nesse ar puro de Montana? Nós na quinta-feira, depois de amanhã, partiremos para a Itália. Quase nada pararemos em Milão, donde seguimos para Veneza e Florença, e por fim para Roma, onde minha Mãe nos aguarda há tanto tempo. O nosso endereço lá é Vía Po, 32-34. Afetuosas lembranças nossas para ambos. Saudoso abraço do seu muito dedicado

Azeredo.



(Hotel Cavour Milano)
20 de outubro de 1931.

Querido Afonso,

Ontem somente pudemos voltar para a Itália, porque Maria Luísa esteve bastante resfriada, e isso nos obrigou a adiar a viagem.

Amanhã seguiremos para Florença (abandonamos, por falta de tempo, o tão afagado projeto de uma ida a Veneza); no começo da próxima semana estaremos em Roma, na nossa casa, ao lado de minha Mãe, já cansada de esperar-nos.

Ontem de manhã, arrumando papéis, descobri um exemplar de *L'historique audience pontificale du 9 mars 1929*, que é um livro interessante para ler-se e guardar-se; como você me disse que não tinha, mandei-lho. Espero que se decidirá, agora, a escrever-me algumas linhas. O nosso endereço em Roma é: Via Po, 34.

Para você e a sua gentil companheira, os nossos muito afetuosos recados. Saudações para seu tio Armínio. Diga-lhe que o procurei uma vez no Lausanne Palace, mas não o encontrei; teria feito ainda outro esforço para vê-lo, como desejava; mas como ele se demorou vários dias em Lausanne, sabendo que nós lá estávamos e em que hotel, e não nos procurou nem me telefonou, entendi que ele não queria visitas.

Saudoso abraço do seu muito dedicado

Azeredo.



Via Po, Roma.

9 de novembro de 1931.

Meu caro Afonso,

Aproveito uma hora livre para conversarmos um pouco.

Vejo pelos jornais de Lausanne que lá faz frio. Em Montana, então, vocês devem tiritar. Imagino que estão no meio da neve. Mas se o tempo é bom e claro, esses beijos glaciais da montanha só lhe podem dar vigor ao sangue, e alegria à alma.

Como emprega seus dias? esporte? ócio intelectual? Ou escreveu novas páginas? Não deixe de emprestar-me o que for escrevendo.

Eu, ando às voltas com a “Mensagem a Virgílio”, que se prolonga, se prolonga... Deveras, se tivesse previsto tais proporções, e as dificuldades que teria de arrostar, não me metia nesta empreitada. A minha terna admiração pelo poeta, a espontaneidade lírica dos primeiros capítulos (já que é preciso falar de capítulos!) me induziram em erro. Não imaginei que a índole do argumento me obrigaria a um teimoso *tour de force* para evitar o *tour de force*, cousa detestável em poesia: quero dizer, para transformar naturalmente e realmente em substância poética um assunto inevitavelmente raciocinado... como Virgílio mesmo fez, de maneira miraculosa, nas *Geórgicas*. Não atiro ao rio – ao Tibre! – as páginas já escritas porque um justo amor-próprio exige de mim que conclua a obra começada, e porque tenho pena de inutilizar todo esse trabalho. Estou agora descontente dele; mas quem sabe se essa impressão é falaz e transitória? se alguns dias, ou algumas semanas, depois de terminado o poema, eu o encararei com olhos mais favoráveis? É essa a única perspectiva, que se me depara, de uma relativa recompensa. Porque a crítica – a pequena crítica apressada e superficial da nossa terra – vai, decerto, ainda uma vez, desentender-me. Um poema de idéias, nesta época! e em decassílabos soltos!... Junto a uma elite européia (centenares, ou milhares de pessoas) ele chegaria, creio, a despertar interesse; seria considerado, discutido. Mas eu sou brasileiro, e escrevo em português. Se encontrar trinta ou quarenta leitores de boa vontade, me terei por extraordinariamente feliz.

Envio-lhe, entanto, páginas de outro gênero, que me saíram do coração comovido, e que você lerá, espero, com sentimento simpático. Um adeus às folhas cadentes, num parque de Ouchy, em melancólica tarde de outono. Leia isso, e devolva-mo, porque preciso da cópia para a *Feira Literária*, de São Paulo. É uma revista muito finamente redigida e editada. Conheça-a?

Você nada me disse, na sua recente carta, sobre o *Perfil biográfico*. Leu-o? agradou-lhe? Nunca o tomei por adepto do comunismo. Você mesmo em Lausanne me disse que não o era, e ainda que me dissesse o contrário, eu não acreditaria. Parece-me, apenas, que você espera demasiado do movimento comunista para o conjunto da civilização moderna. Sem dúvida, há muito proveito a tirar dele, se for considerado como uma justa lição, para se corrigirem os erros e se expiarem as culpas do regime capitalista, que necessita de ser tecnicamente, e sobretudo moralmente, transformado. Mas, para isso, cumpre, antes, “neutralizar” o comunismo; triunfante no mundo inteiro, ele só poderia engendrar uma nova barbárie, semelhante à do primeiro século da idade média, porém mil vezes mais grave, e mais difícil de eliminar, porque científica e industrial, armada de instrumentos formidáveis e quase invencíveis de dominação. O momento, sem dúvida, é mau para ele. As eleições inglesas acabam de infligir-lhe a mais tremenda derrota que ainda sofreu, mais significativa e importante que a criação do fascismo, porque realizada num ambiente de liberdade, sem sacrifício dos direitos individuais, a que os cidadãos ingleses não renunciam de maneira alguma. Ainda uma vez, a Inglaterra provou ser uma grande nação; o seu povo é de uma compreensão extremamente vagarosa, e deveras levou muito tempo a ver na sua própria casa o que os de fora viam e lhe diziam. Mas quando se persuade de estar doente, não hesita diante do remédio amargo, e dos tratamentos longos. Portanto, é de esperar que irá ao fundo das cousas, com vantagem para si e para nós todos: que, por exemplo, modernizará os seus meios de produção, e adotará uma política mais enérgica e vigilante na Índia, cuja presunção de *self government* sem limites constitui a mais terrível ameaça contra a civilização ocidental, a “nossa”. Eu, neste ponto, tomei partido há muito tempo. Sou, irredutivelmente, ocidental. Ocidental, latino, cristão, católico, europeu, americano, e brasileiro.

Saudosos recados nossos para o casal amigo. E para você um abraço do seu muito dedicado

Azeredo.



Via Po, 32. Roma

21 de novembro de 1931.

Querido Afonso,

Restituo-lhe o seu artigo, que me interessou e agradou muito. Sem dúvida, o melhor modo de viajar a Itália é esse mesmo que você praticou e recomenda. Mas creio que ninguém o aprende da primeira vez. A fome de beleza e os conselhos ouvidos dominam a gente quando aqui chega; não se larga na rua o *Baedeker*, e em casa se lêem avidamente muitos outros livros. Não é mau, aliás, adquirir uma vista de conjunto, embora a custo de grande fadiga; depois se escolhe sem risco de errar.

Nós conhecemos pouco Milão, conquanto passemos por lá regularmente duas vezes cada ano. Conhecemos, está claro, o *Duomo*, o *Cenacolo*, Brera, Ambrosiana, e até uma relíquia feiticeira, que você não conhece: os cabelos louros de Lucrecia Borja, que estão desde o século XVI justamente na Ambrosiana. Envio-lhe, emprestado também, um artigo que a propósito deles escrevi. Não sentimos, porém, a “poesia” da capital lombarda, como sentimos, intensamente, a de Veneza, a de Florença, a de Siena, mesmo a de Nápoles. Milão nos parece uma cidade de muito movimento, sem alegria, sem elegância, e até sem caráter. É provável que corrigíssemos este juízo sumário, se a conhecêssemos melhor. Ainda com essa honesta reserva, porém, não compreendo a

fascinação que ela exercia no espírito complexo – desabrido e apaixonado, cínico e romântico de Stendhal. Milão devia ser mais interessante naquele tempo do que é hoje, como, de resto, o era, por exemplo, incontestavelmente, Roma.

Quanto ao lago de Como, nós o admiramos com entusiasmo e ternura, como você. Esse e o Léman são os mais belos que conhecemos. Se você fizer algum dia o trajeto de Milão pela região comasca e pela Valtellina, para entrar por Tirana na Bernina e na Engadina, verá uma das grinaldas mais portentosas de paisagens, que há neste mundo sublunar; e apesar de habituado às maravilhas do nosso Rio, viajará de olho guloso e de boca aberta.

A caricatura de Taine por Barrès é tendenciosa e injusta, como a outra que ele desenhou em *Une visite à monsieur Renan* (ou *Une journée avec monsieur Renan*, não me lembra exatamente). Barrès, antes (*de*) ser um escritor pensativo e seriamente apaixonado, foi um rapaz muito petulante. Não se produzem com aqueles processos de esterilizante erudição páginas primorosas (e intimamente vividas), como há muitas no livro de Taine...

Pelo gosto de prostrar com você, estou já no meio da quinta página desta carta. É preciso concluir, porque o trabalho me reclama. Causa-nos verdadeiro prazer a notícia de que você não necessita mais de cuidados médicos. Fez muito bem tomando um apartamento. Nunca esquecerei o que me dizia, em 1912, quando eu estava bem doente de neurastenia, o célebre professor Dubois, de Berna, para dissuadir-me de entrar numa clínica: “*La compagnie des malades rend malade. Tâchez de frayer avec les gens bien portants.*”

Quem nos dera irmos passar uns dias com vocês em Montana! Como deve aí ser delicioso e revigorante o ar filtrado através da neve! o de Roma é úmido e quente, mole, sirocoso... Mas, ai! as viagens custam muito, e o dinheiro é pouco!

A Deus. Saudosos recados nossos ao casal amigo, e para você um grande abraço do seu muito dedicado

Azeredo.

Armínio vai melhorando?

Saúde-o afetuosamente por mim.



Via Po, 32. Roma. 29 dezembro 1931.

Querido Afonso, começo agora a preocupar-me com o seu longo silêncio, receando que esteja doente, ou que Armínio tenha piorado. Peça-lhe que me tranqüilize. Aqui lhes mandamos os nossos votos afetuosos de boas festas e feliz ano novo. Um abraço do seu

Azeredo.



Via Po, 32. Roma. 10 de janeiro de 1932.

Meu caro Afonso,

Aproveito com prazer a liberdade silenciosa desta tarde dominical, para escrever-lhe tranqüilamente. Eu já lhe tinha escrito o bilhete incluso, quando chegou a sua carta, que li com verdadeiro gosto.

Nela você justifica-se da demora em mandar-ma, e com válidas razões. E junta: “O Senhor é que poderia furtar-se um pouco aos lazeres da embaixada e dos trabalhos literários, e escrever mais longamente aos amigos que lhe querem bem.” Ah! meu caro Afonso, aí você toca no ponto crítico, ou, como se diz hoje com uma imagem que me agrada, no ponto nevrálgico da questão. Lazerés? onde estão eles? Você não tem idéia clara da vida que levo aqui. Esta Embaixada

passa, bem sei, por ser das menos laboriosas; mas, se a tarefa que emerge é relativamente pequena, a que não se vê é imensa. A minha atual qualidade de decano do Corpo Diplomático (já o sou desde 1926) a tem quase duplicado. Comunicações do Vaticano e do governo italiano, consultas, visitas, tudo o que se refere a nós coletivamente, pesa sobre meus ombros. Basta dizer-lhe que para os meus versos e as minhas prosas, e para a correspondência particular, eu só disponho de duas, no máximo três horas, pela manhã. De tarde, é raríssimo que eu tenha tempo de escrever um bilhete. E à noite, não posso trabalhar. Apenas acabamos de almoçar, e antes por vezes, começa o telefone: são pessoas de várias nacionalidades, de todas as classes e castas, que querem falar-me; e cada uma traz um desejo, um pedido, de dinheiro, carta de recomendação, intercessão pessoal minha a favor das suas pretensões ou das suas necessidades... Quando posso, enfim, sair, para passear, e respirar um pouco de ar fresco – quase sempre ao anoitecer – sinto-me enervado e exausto. Ah! que saudades de quando era um simples secretário! Então, sim, era um homem livre. Agora, para ler com sossego – porque, em suma, há também muito que ler – tenho de isolar-me nas tardes de domingo, quando outros vão às corridas, às *matinéés*, aos chás dançantes: precisamente como um operário! Considerando-se tudo isto, e, ainda, a delicadeza dos meus olhos, deve-se reconhecer que não escrevo assim tão pouco aos amigos. Entretanto, a você, meu caro Afonso, eu escreveria com mais freqüência, se... Em Lausanne você me disse que eu interrompera por dois anos as nossas relações intelectuais. A causa foi, como lhe expliquei, a crise séria de cansaço da vista, que sofri em 1929. Mas as suas palavras me fizeram pensar. Eu gostaria muito, muito, realmente, de escrever-lhe com certa regularidade. Por uma porção de razões, como a de ser você quem é, filho de Afrânio, sobrinho de Arinos, irmão de Caio, e ter no espírito afinidades com o meu, que se me revelaram desde a sua estada em Roma, cabe-lhe o

título de meu amigo por excelência entre os escritores da nova geração brasileira, com as quais desejo estar em contato, sobre a base de uma perfeita liberdade intelectual de parte a parte. Mas você me responderá – sobretudo quando se achar outra vez no Brasil? Não pretendo, está claro, impor a norma ridícula: carta recebida, carta respondida. Nada que signifique obrigação, constrangimento. Mas cumpre que haja um certo interesse em “trocar idéias”.

Espero que você não tenha desistido do projeto de desenhar ou pintar o meu retrato literário, e estimo que o não tenha feito ainda. Prefiro que o deixe para um pouco mais tarde, porque *je ne suis pas encore au bout de mon rouleau*, e me creio capaz de surpreender ainda os próprios que conhecem todos os meus escritos.

Por ora, continuo acorrentado ao poema virgiliano; mas não será ele uma dessas cousas surpreendentes? Certo, como já lhe disse, não o teria começado se lhe houvesse previsto a extensão e as dificuldades técnicas. No momento atual, porém, devo afirmá-lo, sentiria que ele não figurasse entre os meus escritos; não é um bom sinal? Não posso negar que fico contente quando consigo dar uma solução genuinamente artística a algum dos muitos problemas de “expressão”, que se me apresentam, transformando em poesia, parece-me autêntica, incontestável, cousas originariamente provindas das categorias da lógica e da experiência. O preço dessas conquistas é, naturalmente, uma integral absorção do meu espírito pelo assunto. Nada mais posso escrever, nem pensar, há muito tempo.

Li com atenção e calma os seus três poemas. Gosto de todos. Em “Bella-Lui” me agrada mais a segunda parte que a primeira; nesta (para o meu sentir), há alguns traços demasiado crus, mesmo levando-se em conta a peculiar estética modernista. Por exemplos, as cores dos doentes, “brancos, pretos, dourados, verdes,” e o boletim clínico da “inglesinha cor-de-rosa”, com a suposta apendicite e o constatado pneumotórax bilateral. Mas é muito bela a nota:

*Eles vêm todos, e ficam deitados,
olhando o céu com uma persistência lírica.*

E acho excelente o epílogo, a começar do verso:

Quando as lâmpadas estiverem todas acesas...

A minha preferência vai, entretanto, ao “Vento dos Alpes” – talvez pela razão mesma que o torna indeciso sobre o real valor desse poema: por ser um poema completo, orgânico – uma sinfonia ou uma arquitetura em versos.

Tenho uma boa notícia para dar-lhe: Guilherme Ferrero está na Suíça, reside em Genebra, de cuja universidade foi nomeado professor. Está desenvolvendo um curso de história do século XIX, curso que deve ser interessante e brilhante, a julgar pelo que ele escreveu há poucos dias. Você me disse em Lausanne a sua admiração por esse homem eminente, de uma honestidade intelectual não comum na nossa época, e que me honra com a sua amizade há vinte e cinco anos. Você me falou do seu desejo de possuir qualquer lembrança dele. Eu vou escrever-lhe, a ele, brevemente, e na minha carta me referirei à alta estima que você lhe vota. E a você enviarei outra carta, de apresentação, com a qual poderá procurar quando quiser o grande escritor, que o receberá, estou certo, com carinho. Não lha envio já porque não é urgente, e não vale a pena demorar mais estas folhas.

A Deus por hoje. Escreva-me. Como vai Armínio? Aceite com Dona Ana os nossos afetuosos recados. Um bom abraço do seu muito dedicado

Azeredo.

Não recebi de volta a *Revista da Academia*. E você nunca me disse se gostou do livro de Giuseppe Alpi.

Via Po, 32. Roma.

13 de janeiro de 1932.

Na minha carta datada de ontem, esqueceu-me pedir-lhe o endereço de seu primo Rodrigo de Andrade. Diga-mo, sim? Obrigado.
Afetuosamente, *Azeredo*.



Via Po, 32. Roma.

30 de janeiro de 1932.

Meu querido Afonso, desejamos e esperamos que já esteja completamente restabelecido em saúde. Não pude escrever-lhe antes, porque, em consequência do trabalho excessivo de vários dias, nos quais tive de escrever quase continuamente, me vieram uma grande fadiga e uma irritação dolorosa dos olhos, obrigando-me a um repouso imediato. Agora estou melhor, mas bem de todo ainda não. Pelo boletim meteorológico que leio pontualmente na *Gazette de Lausanne*, vejo que deve ter aí muito frio, e uma bela neve.

Diga a sua prima Dona Vera que em Florença há diversas livrarias, porém a mais importante e recomendável é a livraria internacional Issler, na Via Tornabuoni, 20.

Com que cerimônia me escreveu sua Excelentíssima Senhora! Apresente-lhe os meus mais respeitosos cumprimentos, com saudações afetuosas de Maria Luísa.

Saudoso abraço do sempre seu
Azeredo.



Via Po, 32. Roma. 16 de fevereiro de 1932. Não tive mais notícias suas, mas desejo e espero que já esteja completamente curado. Vejo que aí o frio tem aumentado ainda, e que há neve por toda a Suíça. Aqui caiu pouquinho uma noite, mas derreteu-se logo. O inverno em Roma foi de maravilhosa beleza até poucos dias atrás; agora começam as chuvas; aliás é a temporada delas e provavelmente a primavera será linda. Afetuosos recados nossos para todos aí. E um abraço do sempre seu

Azeredo.



Roma, 20 de março de 1932.

Via Po, 32.

Meu caro Afonso,

O meu silêncio tem sido agora mais prolongado que de costume, ainda que muitas vezes, neste período, desejei e projetei escrever-lhe. Ai! eu não disponho, não, dos “lazer” que você imaginava. Para escrever com certa calma aos amigos o melhor é... estar doente; estar doente sem gravidade, como me acontece nestes dias, em que um forte resfriamento, aliás sem febre nem perda de apetite, me prende em casa, e cá em cima. Resfriamento paradoxal; durante o longo e rigoroso inverno, andando por fora cada tarde até a hora do jantar, nunca tive o menor achaque desse gênero; e com a volta do calor primaveril, eis-me a espirrar e tossir desesperadamente. Aproveito os intervalos para dar um bom empurrão ao meu trabalho e à minha correspondência.

Aqui lhe restituo os seus dois poemas. Gosto muito de “Janela aberta”; é um dos melhores que conheço entre os seus, um dos melhores certamente entre os do grupo jovem a que você pertence. Tem

o ímpeto de uma onda de fundo; um sentimento pessoal e universal que se comunica irresistivelmente ao leitor. Acho, apenas, que deve suprimir a palavra *chômage!* Pois destoa do conjunto, e causa uma sensação desagradável. Gosto menos do outro poema, “A visita e o milagre”. Nele, creio, você não atingiu a “expressão poética”, necessária a toda obra de poesia, indispensável sobretudo aos poemas simplesmente rítmicos. Este seu me parece “prosaico” na sua seca minuciosidade de crônica. Deve ser repensado e reelaborado.

Aqui lhe mando um, meu, que, como fenômeno literário, é positivamente singular. Entre duas páginas da “Mensagem a Virgílio” (obra tão diferente, tão distante!), num momento de pausa e concentração interior, sem que nada o prenunciasse, me brotou da ponta do lápis, não sei como. Donde surgiu? de que camadas obscuras do inconsciente? Não só estava longe de mim, mil léguas, o intento premeditado de escrever coisa dessa espécie (eu desde que existo como poeta, nunca escrevi nada que não fosse imperiosamente ditado, ordenado, pelo gênio interior, pelo *daimon*), mas o fato não se pode explicar por um obliterado fato autobiográfico, que tivesse emergido de repente à tona da memória e da sensibilidade; pois nunca me encontrei na adolescência em caso semelhante ao do estudante desta “Confissão”. Supérfluo é ajuntar que nunca publicarei nem permitirei que outrem publique este poema: o seu tom demasiado livre não se harmoniza com a minha idade nem com a fisionomia habitual da minha poesia. Ele é uma planta esporádica e exótica, nascida por mero capricho entre uma flora muito diversa. Envio-lho confidencialmente, como curiosidade, rogando-lhe que me devolva quando o houver lido à vontade. Mas caso tenha a ocasião de o mostrar aí a algum amigo, não lhe permita, seja quem for, que o copie, ou o leve com o pretexto de estudá-lo. E diga-me o que pensa dele. O meu amigo Gurgel do Amaral, conselheiro desta Embaixada, homem inteligente e de fina cultura, achou-lhe muita espontaneidade, muita

frescura de inspiração e linguagem, definiu-o produção de poeta moço e muito moço – o que me lisonjeou deliciosamente, confesso.

Você, meu caro Afonso, como tantos outros, acusa recebidas as cartas que recebe, e conversa por escrito; mas raramente responde – o que se chama responder. Caio é tal qual; ou antes muito pior. Em Lausanne, você mostrou um desejo extraordinário de entrar em relação com Guglielmo Ferrero; agora que ele está em Genebra, a poucos quilômetros de Montana, pergunto se quer uma carta de apresentação para ele, e você nada me diz. Assim também, nunca pude conseguir que me dissesse a sua impressão sobre o livro de Giuseppe Alpi. Entretanto, na imprensa italiana, alguns bons artigos têm aparecido a respeito do *Profilo*, e outros, nestes dias, vêm chegando, de jornais brasileiros.

A Deus por hoje. Mande-me o que for escrevendo. Aceite com sua Senhora os nossos cordiais recados. Para você um saudoso abraço do seu muito dedicado

Azeredo.

Boas Páscoas! Vai junto um elegante e excelente “ensaio” que lhe envia Deoclecinho de Campos. Responda-me breve!



Via Po, 32. Roma. 17 de abril de 1932.

Meu caro Afonso, até hoje não pude responder à sua carta. Você já deve saber as razões, que são as mesmas de sempre.

Não me admira o que me diz sobre a “invasão” e a crescente preponderância dos alemães no cantão Ticino. Na Engadina, que lhe fica próxima, sucede a mesma cousa. Em Tarasp, aonde fomos vilegiar três anos seguidos, eles se estão apoderando de tudo; na al-

deia de Schuls, que é a principal da zona, o comércio quase inteiro lhes pertence; o capelão da igreja católica é um capuchinho alemão, e cada par de domingos a prédica ao Evangelho se faz na língua de Lutero. Os hotéis, as ruas, as florestas, as fontes termais formigavam, e devem formigar ainda, de tipos idênticos aos que você descreve; concorrentes inúmeros a prêmios de rubra, suante e enxundiosa fealdade masculina, e, sobretudo, feminina (se femininas se pode chamar àquelas truculentas viragos). Era de se fecharem à força os olhos para não os ver!

Não preciso dizer (você me conhece bem) que gostei da franqueza com que me falou da “Confissão de estudante”. E assim me deve falar sempre. Pode ser que você tenha razão. Mas não poderá ter havido, no caso, a “volta de um estado de alma”? Você ainda é moço demais para ter experimentado alguma vez tal fenômeno; quando tiver transposto o cabo dos quarenta anos, porventura o sentirá; pois no seu temperamento poético existe certamente a nota nostálgica, a nota da saudade, que, embrionária por ora, aguarda, para manifestar-se, a possibilidade de uma perspectiva suficiente de tempo.

Como quer que seja – e levando em conta a esperança, que não despeço, de que você um dia realize a idéia antiga de estudar a fundo a minha obra – desejo preveni-lo contra a lenda que sobre mim se formou, e é repetida com freqüência. Eu não sou um poeta helênico, ou romano. Sou um poeta brasileiro, moderno; e um cidadão do mundo. Residindo na Itália, tendo estado na Grécia, era natural que as afinidades do meu espírito com estes centros da antiga cultura mediterrânea se manifestassem com particular intensidade em uma fase da minha vida intelectual; porém essa fase encerrou-se há muito; e mesmo nela, eu nunca deixei de ser um poeta transatlântico. Várias cousas foram escritas sobre as *Odes e elegias*, que constituem o documento mais característico daquela influência; mas ninguém disse no Brasil o que havia de mais importante a dizer, isto é, que só um es-

trangeiro, e filho da América latina, podia ter sentido e feito esse livro. Disse-o, aqui, um excelente crítico e erudito, Julio Marchetti-Ferrarte, que conhece muito bem a nossa língua, e a nossa literatura. — *L'averla scelta a seconda patria, rese profonda l'influenza dell'Italia su questo "latino d'oltremare"; tuttavia non alterò in lui le fonti native del sentimento. Sol tanto un brasiliano avrebbe potuto scrive le liriche che l'Azeredo raccolse nel volume Odes e elegias, e il vibrante poema "Italia".*¹ — É, aliás, natural que se compreenda isso, aqui, melhor que lá.

Mesmo durante aquele período, escrevi poemas, contos, ensaios, alheios a toda influência italiana; assim, por exemplo, o “Romance lírico” em *Vida e sonho*, e quase todo este volume. Nos meus livros mais recentes, ela quase não aparece, salvo em paisagens, ou ainda, assuntos fortuitos, devidos ao fato de morar aqui; seriam brasileiros, se morasse no Brasil, ou franceses, se morasse na França. Pois se deve considerar que na minha produção literária, o estímulo inicial, pelo menos, deriva sempre da realidade, de impressões pessoais, diretas, que em seguida, é claro, a imaginação transforma a seu talento. Eu creio que, romântico pela sensibilidade como bom brasileiro, tenho tendências clássicas naturais, que a esta sensibilidade impõem uma disciplina artística. Há fatos semelhantes na nossa terra: o de Raimundo Correia, por exemplo, e o do próprio Bilac, embora neste a torrencial exuberância do temperamento dificultasse a “combinação química”. Eu tive sobre eles duas vantagens: fugi desde o princípio ao estreito jugo parnasiano, e conheci diretamente a Itália e a Grécia; assim o que neles é de segunda mão, é reflexo mais ou menos livresco, em mim é fruto de experiência imediata, vivida por mim numa atmosfera genuína, autêntica.

Mas basta de cousas que me concernem; e peço até perdão desta prolixidade indiscreta, que somente se explica e se escusa pela certeza, que tenho, do seu interesse pelo meu espírito.

Falemos de você. Acho uma imprudência a sua partida para o Rio agora. Penso que você precisa de consolidar a cura na Suíça por al-

¹ *Illustrazione italiana* — 8
Dicembre 1929.

gum tempo ainda. Entendo e louvo os escrúpulos de seu Pai, mas não posso duvidar de que ele se renderá à necessidade de abonar-lhe o necessário para viver aí. Como filho, você pode expor-lhe o caso com toda a liberdade.

A Deus por hoje. Vai uma carta para Ferrero. Mande uma palavra a Deoclecinho. Saudades nossas, e um abraço do seu amigo

Azeredo.



Park Hotel. Gstaad.

12 de setembro de 1932.

Meu caro Afonso, advertido pelo nosso amável cônsul Schwob de que você me telefonaria na sexta-feira passada, esperei chamado seu nesse dia e nos dois seguintes, mas nada veio. Eu não telefonei porque você e sua Senhora são hóspedes de casa amiga, e não temos, minha Mulher e eu, o direito de disputar-lhe o prazer da sua companhia. O nosso seria grande, como lhe mandei dizer, se viesse almoçar e passar uma tarde conosco em Gstaad, lindo sítio que talvez não conhecessem, e que lhe agradaria certamente muito; mas seria, compreendemos bem, esforço um tanto pesado, pois de Coppet até cá me-deia não pequena distância.

Por outro lado, como lhe expliquei na minha carta ao cônsul, nós estamos aqui fazendo uma *cure d'air* por insistente ordem médica. Para cumpri-la à risca, deveríamos demorar-nos um mês na montanha, antes de descermos para Lausanne; não podendo, por várias razões, ficar aqui tanto tempo, ao menos duas semanas é indispensável que fiquemos. Assim, contamos partir a 16, e esperamos que vocês estarão ainda em Coppet, donde com a maior facilidade poderão ir ver-nos em Ouchy, no Savoy Hotel.

En attendant, escreva-me para aqui cinco ou seis linhas, informando-nos dos seus projetos. E aceitem ambos as nossas afetuosas lembranças. Um abraço do seu muito dedicado,

Azeredo.

Queira recordar-nos com amizade ao Ministro e à Senhora.



Via Po, 32. Roma. 17 de agosto de 1934.

Meu caro Afonsinho, a sua carta me deu grande prazer, e, se tardei um pouco a responder, foi porque desejaria enviar-lhe um primeiro artigo de colaboração para a sua *Folha de Minas*. Infelizmente isso é impossível por agora; o seu pedido chegou precisamente quando, dissipada toda esperança (que em mim nunca fora forte) da minha permanência aqui como embaixador junto à Santa Sé, começava para nós o caos formidável, assustador da mudança de casa. Se você guarda ainda nítida lembrança da nossa residência, pode imaginar o que isso tem sido. Depois de vistas e rejeitadas inúmeras, encontramos por fim uma casa que a todos os respeitos nos convém, mas ela só estará livre a 1º de dezembro, e até então tudo o que nos pertence ficará praticamente fora de uso. Todos os meus “instrumentos de trabalho” se acham provisoriamente seqüestrados, e, encadeado eu numa labuta material enorme, não tenho tempo de escrever cousa alguma. Esta mudança de posição e de vida estragou por longo período toda a minha atividade intelectual. Não quero qualificar nem comentar o ato do presidente Getúlio Vargas contra mim; outros, muitos, em cartas, e até em artigos de jornais, o têm já feito com imparcialidade, que, pelo menos na aparência, me faltaria. Ainda bem que ele não me deu por sucessor Gilberto Amado; se já era aberração

deste aspirar, com os seus notórios precedentes morais, à nossa embaixada no Vaticano, aberração muito mais grave fora, do lado do governo brasileiro, propô-lo à Santa Sé; quanto a nomeá-lo, não teria podido, porque, sei com absoluta certeza, o *agrément* lhe teria sido inflexivelmente recusado.

Quanto às candidaturas acadêmicas, com verdadeiro entusiasmo votarei por Tristão de Ataíde, e já lhe escrevi, a ele, neste sentido. Desejaria atender ao seu pedido em favor de José Maria Belo; mas já estou comprometido, há muito, com um dos candidatos à mesma vaga, Osvaldo Orico.

Nós contamos partir para a Suíça antes do fim de agosto. De lá lhe escreverei com mais vagar. Minha Mãe fica em Roma, porque na sua idade, a longa viagem a fatigaria.

Recomende-nos a sua Senhora, e receba um abraço afetuoso do seu muito dedicado

Azeredo.



Via dia villa Emiliani, 9. Parioli. Roma.

3 de dezembro de 1936.

Meu caro Afonsinho, a sua carta sentida e afetuosa, comoveu muito o meu coração traspassado de dor. Você conheceu a minha santa Mãe, e, como me relembra agora, teve ensejo de experimentar-lhe a natural, espontânea bondade, que em redor dela se expandia contínua, como água de fonte inexaurível. Esta bondade, feita heróica pelo amor materno, eu a tive perto de mim, posso dizer, toda a minha vida, com poucos, e quase todos breves, intervalos. Tive o abraço e o beijo da minha adorada Mãe cada manhã e cada noite; tive a cada momento o exemplo das suas virtudes, e a influência salutar da

sua nobre inteligência. Ela foi a criadora do meu espírito e do meu coração. Pense agora se poderei consolar-me nunca de havê-la perdido. Nem só eu; pelas suas qualidades raras, como por ter morado sempre conosco, ela se tornara o centro moral da nossa restrita família; e hoje estamos desamparados, e como deixados, numa tristeza infinita. Agradecemos-lhe as suas piedosas palavras. Creia sempre na minha fiel amizade.

Azeredo.



Via dia villa Emiliani, 9. Parioli.
Roma. 10 de outubro de 1944.

Meu querido Afonsinho,

O seu simpático amigo Barreto Leite trouxe-me notícias suas, e falou-me da fidelidade, que me comove, do seu afeto por mim. Eu desejava agora enviar-lhe uma carta muito comprida, mas muito, relativa à sua antiga promessa, que não esqueço, de estudar com séria crítica os meus escritos num livro; não renunciei nem renuncio à realização desse generoso e precioso projeto, espontaneamente nascido no seu espírito. A minha não escassa, antes volumosa, obra necessita mais que outras de um comentário como você é capaz de fazê-lo, para atrair sobre ela a atenção presente e futura dos que aí se interessam pelas cousas do pensamento e da arte; ela, além disso, o merece (deixe-me falar sem hipocrisia de modéstia), porque, feliz ou não nos resultados, revela uma personalidade à parte pela sua índole e pela sua formação; revela acima de tudo uma alma. *Si parva licet componere magnis (et sacris profana)*, eu direi que faço questão de ter em você o meu evangelista; missão que decerto aceitará e desempenhará com

júbilo. Essa carta, porém, exige muito tempo, e uma farta documentação; eu a escreverei logo que disponha de adequado lazer.

Por hoje aproveito a bondade do querido amigo embaixador Acioli, que me deixa grandes saudades, para dizer-lhe as muitas que de você tenho, e mandar-lhe um cordialíssimo abraço em espírito, com a esperança de poder-lho renovar algum dia, em presença real. A este abraço se associa Maria Luísa, e o estende a sua Senhora, cujas mãos beijo.

Presumo que se preocuparam muitas vezes da nossa sorte, e em verdade atravessamos um período terrível de apreensões e perigos, que durou nove meses longos, longuíssimos e lentíssimos a passar. A minha situação tornou-se extremamente precária, porque, se os alemães me descobrissem e agarrassem, infalivelmente me teriam deportado para as suas inóspitas terras; ótimo refém era eu, brasileiro, e embaixador ainda por cima. É de espantar que não me hajam pegado; as cautelas que tomei não me teriam salvado, sem uma visível e sempre vigilante proteção divina. Não sofremos o mínimo desgosto, o mínimo vexame. Nunca um *boche* nos falou, nunca tivemos de falar a um *boche*. Agora lutamos ainda com penosas dificuldades materiais, mas podemos respirar livremente. E — benefício supremo — graças ao admirável zelo apostólico, ao indefesso labor persuasivo, e ao universal prestígio de Pio XII, Roma está materialmente intacta.

O carinho da família, a afetuosa assistência de alguns fiéis amigos, o estudo, o trabalho, ajudaram-me a atravessar o período nefasto sem sucumbir ao desalento e à tristeza. Escrevi, vou escrevendo, muitas cousas, em parte novas, em parte começadas e interrompidas há anos; tenho meia dúzia de volumes para publicar, além das minhas memórias já adiantadas, e da edição completa dos meus versos. Mais um abraço do sempre e muito seu, como de seu inolvidável Pai fui por quase meio século,

Azeredo.



Afonso Arinos de Melo Franco
no Palácio Itamaraty, Rio de
Janeiro, frente ao busto do Pai,
Afrânio de Melo Franco.

Lembrança do Amigo Ausente

Afonso Arinos de Melo Franco

Graças à gentileza do embaixador Acióli chegou-me às mãos, há algumas semanas, a primeira carta que desde vários anos recebo de um amigo, em cujo destino muitas vezes cogitei no período da ocupação alemã de Roma: Carlos Magalhães de Azeredo.

Abri-la foi para mim como destampar um desses pequenos cofres tão usados pelos nossos avós, caixinhas íntimas de madeira preciosa, de cujos escaninhos irrompe, com a sua tremenda força, o passado.

Naturalmente que me interessou imenso o que o ilustre escritor conta de atual, sobre a sua vida e sobre Roma. Interessou-me tanto que supponho interesse também ao leitor, para quem transcrevo os seguintes trechos: “Presumo que se preocuparam muitas vezes de nossa sorte, e em verdade atravessamos um período terrível de apreensões e perigos, que durou nove meses longos, longuíssimos e lentíssimos a passar. A minha situação tornou-se extremamente precária porque, se os alemães me descobrissem, infalivelmente me teriam deportado para as suas inóspitas terras, ótimo refém que eu era, bra-

sileiro e embaixador ainda por cima. É de se espantar que não me tenham pegado; as cautelas que tomei não me teriam salvado sem uma visível e sempre vigilante proteção divina. Não sofremos o mínimo desgosto, o mínimo vexame. Nunca um ‘boche’ nos falou, nunca tivemos de falar a um ‘boche’. Agora lutamos ainda com penosas dificuldades materiais, mas podemos respirar livremente.”

Depois destas informações sobre si e a esposa, Azeredo não se esquece de juntar um parágrafo importantíssimo para todos nós, e que diz respeito à sua amada Roma, nossa mãe comum. Diz ele:

“E – benefício supremo – graças ao admirável zelo apostólico, ao indefesso labor persuasivo e ao admirável prestígio de Pio XII, Roma está materialmente intacta.”

Eis aí, na verdade, e dada por um profundo conhecedor da Cidade Eterna, uma alvissareira notícia. Quer dizer que, além dos danos causados pelo famoso bombardeio aliado sobre os pátios ferroviários romanos, durante o qual foi atingida uma preciosa igreja, Roma conservou-se “materialmente intacta”.

Se a ação do papa foi tão decisiva para este resultado, como faz crer Azeredo – e tudo indica que ele, observador qualificado por todos os títulos, esteja exprimindo a realidade dos fatos –, então os homens que tenham uma réstia de amor pelo que há de mais importante na nossa cultura ocidental, sejam católicos fervorosos como Azeredo, ou não sejam, devem agradecer profundamente ao pastor da Igreja Romana o serviço inapreciável que pôde prestar à civilização.

O antigo provérbio, que todos ouvíamos em criança, geralmente empregado para aplacar os açoitamentos da mocidade, advertia que “Roma não se fez num dia”. Infelizmente, a nossa trágica época demonstrou que, se Roma não pode ser construída num dia, pode ser perfeitamente destruída no decorrer deste exíguo relâmpago do tempo. E isto é o que caracteriza o ameaçador desequilíbrio do nos-

so tempo, em que a técnica, filha da cultura, passou a ser empregada para a destruição de quem a gerou.

Entretanto, e sem pecar por excesso de otimismo (o que seria, aliás, nos dias de hoje, mais ingenuidade do que pecado), acredito que a salvação de Roma foi uma prova de que muito de bom ainda resta no coração dos homens. Evidentemente os apelos do papa de nada valeriam se não encontrassem eco favorável nos chefes militares das duas facções. A prova disto é que de nada valeram as duas reiteradas súplicas em favor da paz.

O que influiu no tácito acordo daqueles em cujas mãos esteve durante semanas a conservação ou a destruição da Cidade Eterna foi, talvez, a consideração da totalidade do significado histórico e humano dela. Os monumentos admiráveis destruídos em outros pontos que não Roma representavam aspetos limitados, aspetos nacionais daquilo que já foi indicado como sendo a cultura ocidental: filosofia grega, direito romano, moral cristã; ao passo que, com Roma, desapareceria a síntese universal de tudo isto.

Enquanto na Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica, Rússia e outros países, assistimos ao arrasamento, pela guerra, de símbolos parciais da nossa cultura, em Roma assistiríamos, se se desse, à destruição do núcleo central, e por isto mesmo geral dela; ao centro greco-latino-cristão da História. Todo o mundo perderia um pouco do que é seu com a perda de Roma, perderia a única encruzilhada de caminhos onde Goethe se pode encontrar com Tolstói, com Byron ou com Anatole France.

Será esta verdade indiscutível que terá levado os generais alemães a respeitar os templos, os palácios, os aquedutos e fontes da cidade, tanto quanto os jovens aviadores de Tio Sam e de John Bull? A minha teimosa crença no espírito humano está a me segredar que sim.

Em todo caso Roma está salva, e pelos séculos afora outros humildes, obscuros rapazes vindos dos confins do mundo cristão po-

derão fazer o que eu mesmo fiz, e que marcou para sempre a minha vida, imprimindo um selo indelével à minha formação mental: ver Roma, viver em Roma no desabrochar da mocidade. Vislumbrei então a eternidade (pelo menos no sentido humano desta palavra), do complexo greco-latino-cristão. E me habituei a crer na sua capacidade para resolver todos os problemas que a História coloque diante da nossa ação.

Foi nessa época do meu primeiro e deslumbrado contato com Roma (vão fazer em breve vinte anos) que conheci mais de perto Carlos Magalhães de Azeredo. Com ele convivi durante quase dois meses vendo-o todos os dias, e ele foi o meu guia experiente, incansável e entusiasta daquele meio que conhecia como um familiar de muitos lustros, que tinha conservado a curiosidade sempre presente de quem nele penetrasse pela primeira vez. Possuo ainda, à vista da minha mesa de trabalho, o retrato que Azeredo me ofereceu. Está ao lado de um de meu pai, de quem ele foi amigo durante meio século. É uma fina água-forte, na qual o perfil do poeta, firmemente cortado, aparece em primeiro plano sobre os contornos distantes e vagos da velha Roma, a quem ele tanto deve e tanto quer. E a dedicatória, depois de evocar “a nossa bela convivência em Roma” traz a data: primavera de 1925. Eu ainda não tinha atingido os vinte anos e Azeredo já havia transposto os cinqüenta. Mas conservava esta espontaneidade emotiva, esta claridade matinal da imaginação, esta prontidão em atender aos reclamos da alegria, do sofrimento ou da ternura que fazem com que o tempo não se transforme em idade biológica, mas em experiência e enriquecimento da razão e da alma. Por isto homens como Azeredo, Afonso Pena Júnior, Manuel Bandeira, Otávio Tarquínio de Sousa, ou como meu pai, podem ser facilmente amigos dos filhos ou daqueles que poderiam ser seus filhos.

Percorri com Azeredo, na mais cordial camaradagem, os palácios sacros e profanos, as ruas buliçosas e comoventes, onde a majestade

do passado se humaniza pela cor do céu, o sorriso das cidadinas, a beleza das flores e a fuga das águas, nessa cidade de fontes que é Roma. Comemos nas “osterias” acolhedoras, onde as glicínias se debruçam indiferentes sobre carramanchões, tal como fazem nos muros vetustos da fúnebre casa dos trapistas. Frequentemente em companhia deste outro caro amigo que é Francesco Bianco, visitávamos os museus, sem itinerário nem programa, parando aqui junto a uma tela, ali junto a uma estátua, mais além apenas diante de uma janela aberta sobre a maravilha da paisagem, e ouvindo sempre o comentário agudo, a informação precisa, a sugestão atilada daquele brasileiro romano, a quem Emílio de Meneses dizia que seria de toda justiça que o Vaticano conferisse o chapéu cardinalício.

A iniciação romana, o culto da razão latina, que é em mim mais que um culto, pois se trata de uma conformação, de uma maneira de ser, entrou-me assim na inteligência no momento em que esta se forma, pela ação de um mestre vivo e presente, muito mais do que pela apreensão sempre obscura e fastidiosa de textos mais ou menos indigeríveis.

Há espíritos que custam a encontrar a sua linha coerente de desenvolvimento, porque se debatem perdidos no choque das solicitações contraditórias. Há outros – e muitos grandes – que jamais encontram esta linha, e flutuam toda a vida. Presa da tragédia da insatisfação e da dúvida contínuas, que não passam, afinal, de expressões aparentes de um processo profundo de desencontro de si mesmo.

Mas existe um grande prazer em constatar-se que a estabilização do pensamento estético, filosófico e político da idade adulta coincide, nas suas linhas principais, com os primeiros ensaios deste mesmo pensamento na mocidade. Isto não significa nenhum regresso; apenas um progresso mais firme, porque baseado em dados mais fortes, porque mais pessoais e mais profundos.

A amizade de Azeredo, e a nossa convivência romana auxiliaram-me muito na fase em que precisei definir-me a mim próprio. E

hoje que a minha formação latina se acusa e se amplia diante de mim mesmo por outros motivos e por outras experiências – formação que me situa entre os que crêm na liberdade do homem e do espírito, no predomínio do Direito sobre o Estado e o Governo e na repulsão do Governo sobre o Estado e deste sobre o Direito; que me situa entre os que participam da consideração otimista do homem e, portanto, da crença na justiça social realizada pela democracia; que me coloca finalmente entre os que amam a sobriedade, o estilo e a límpidez da beleza latina –, eu lembro com afeição comovida o mestre amigo com quem me entretinha há vinte anos sobre todos estes temas.

Agora, para remate, uma sugestão! Azeredo informa na sua carta que tem muitos trabalhos em andamento, inclusive capítulos de memórias recentes e antigas. Sugiro a Assis Chateaubriand que recomende a Barreto Leite a obtenção de cópias desses manuscritos, que devem ser de grande interesse, para que, através deles e das colunas dos Diários Associados, o velho escritor brasileiro, amigo de Machado e de Nabuco, volte a aparecer na imprensa do seu país, que talvez o tenha esquecido, mas que ele não esquece nunca.



Via dia villa Emiliani 9, Parioli.
Roma. 26 de fevereiro de 1945.

Meu querido Afonso,

Você já terá, espero, desculpado a minha demora em agradecer-lhe a comovente e admirável “Lembrança do amigo ausente”, atribuindo-a a razões independentes da minha vontade. E razões houve duas, sendo a primeira o atraso com que li o próprio artigo,

que me enviou, não sei se por sua incumbência, Maurício Nabuco; a segunda foi um rude e obstinado resfriamento, que me teve preso por mais de um mês, e impedido de escrever-lhe com o desenvolvimento devido e desejado.

Não preciso de encarecer-lhe a comoção e a saudade, com que li aquela sua formosa página. Não sei que destino terá nas letras brasileiras a minha obra, se a salvará das ondas tórpidas do Letes, que tantas cousas de contínuo trazem, a simpatia sucessivamente renovada de alguns espíritos amigos, ou se naufragará para sempre nelas. A alternativa, como outras do mesmo gênero, oscila entre muitos fatores imprevisíveis. Mas desde já a consolante certeza de ter exercido essa influência benéfica sobre inteligências e corações jovens, da qual você com tanto afeto se apresenta como um exemplo, bastaria para indenizar-me de um futuro esquecimento, e convencer-me de não ter vivido em vão.

Vai-se verificando em mim a lei das compensações — *le juste (?) retour des choses d'ici bas*; por muito mais tempo que a generalidade dos homens conservei um aspeto físico singularmente moço; este se dissipou com rápido processo, que começou quando tive a desventura de perder a minha adorada Mãe, e se apressou ainda pela ação de outros sofrimentos pessoais e universais; hoje sou e pareço um velho. Mas há tal casa de bela fachada que mascara a ruína interior; tal outra mostra um frontispício estragado e decadente, mas por dentro é ainda confortável e hospitaleira. A esta creio que me assemelho. Ainda possuo, Deus seja louvado, o dom de compreender e atrair os moços; mesmo aqui, onde de mim, pela impossibilidade de me lerem, se conhece pouco, alguns me rendem esse espontâneo e lisonjeiro testemunho. A tristeza que engendra o mistério moral do mundo, objeto, há tantos anos, das minhas meditações tão perseverantes quanto inconcludentes, o duplo espetáculo desorientante da natureza indiferente às nossas vicissitudes propícias ou nefastas, e da His-

tória, que, após milênios de esplendores e misérias, está fornecendo nos seus recentes avatares argumentos esmagadores à negação do mito do progresso, não destroem o meu interesse pela vida, a minha fé no valor do trabalho honesto, e do sacrifício pelos grandes ideais da humanidade; trabalho e sacrifício inúteis praticamente, talvez, mas belos de uma beleza divina, e brasões de nobreza da nossa resistência à brutalidade cega e surda do destino universal. Assim, o meu carinho é grande por aqueles dos jovens de hoje, que, em condições tão duras, tão hostis à primazia do Espírito, tomam corajosamente das mãos dos velhos os fâcos luminosos, e mesmo contra toda esperança, timbram em esposar um renascimento da nossa civilização profanada e maculada. Talvez, quem sabe? por obra deles e dos seus sucessores, ela saia por fim redimida deste imenso banho de sangue, desta apocalíptica tormenta de ferro e fogo; pois, se é certo que o mundo nunca vira tantos e tamanhos crimes, indubitável é também que nunca tão claramente se nos revelou a monstruosa falsidade dos sofismas e das aberrações, pelos quais se deixaram alucinar até a loucura os povos que estão pagando com os próprios sofrimentos a idolatria que lhes prestaram; e assim o ensejo é o mais favorável, é o melhor e talvez o derradeiro, para um severo exame de consciência e uma sincera conversão. Como você eu confio na eternidade do “complexo greco-latino-cristão”, e na sua capacidade de resolver todos os problemas humanos; acentuando aliás, como presumo que você faz igualmente, o último membro do trinômio; pois foi na verdade o cristianismo, concretizando em si mesmo a síntese dos três elementos, o criador da nossa civilização. Que aceitemos ou não os dogmas da Igreja Católica – opina com razão o eminente filósofo Benedetto Croce, autoridade insuspeita na matéria – somos todos substancialmente cristãos.

Quanto à parte preponderante que teve o Papa na salvação de Roma, confirmo o que lhe disse. Quando se puder publicar a do-

cumentação completa das demoradas e árduas negociações havidas, se evidenciarão os admiráveis esforços de Pio XII para evitar, tanto as incursões aéreas contra a Urbe, como os combates dentro dos seus muros entre os dois exércitos inimigos; mas desde já existe um testemunho oficial além de outros, na clássica medalha pontifícia que se cunha cada ano com a efigie do papa reinante; a de 1944 traz a legenda: *Defensor Civitatis*. Onde cuida que você se engana é em presumir que (como houve seguramente do lado da Inglaterra e dos Estados Unidos) tenha havido qualquer sugestão de bondade, qualquer impulso de reverência por esta mãe de todas as gentes, qualquer sentimento em suma de nobre simpatia humana, na adesão dos chefes militares alemães, ou antes, de Hitler que então exercia ainda a autoridade suprema, às súplicas de Pio XII para que Roma não fosse agredida e devastada. O que essas feras, esses demônios fizeram aqui, os horrores inenarráveis que perpetraram, e que continuam a perpetrar nas províncias italianas que ainda dominam, provam à saciedade que nada de semelhante àqueles movimentos de alma os persuadiu a não cometerem, e o abominável tirano não ordenar que cometessem, o crime supremo diante do qual o próprio Átila recuou. Eu tendo a conjeturar que no organismo enfermo, anormal, de Hitler atuou a superstição, que é sabido ser uma das suas numerosas taras. E de Roma, em certas conjunturas, emana um influxo de sacro terror. Napoleão mesmo, que ousou arrancar do seu trono o meigo e santo Pio VII, que ousou conferir ao filho, fadado a tão mísero fim, o título de rei de Roma, nunca ousou vir a Roma, que aliás devia atraí-lo como a sucessor, que se proclamava, de Carlos Magno.

Enfim, o essencial é que Roma está, como eu lhe disse, “materialmente intacta”. (Florença, cuja destruição não seria menos deplorável, sofreu muito menos do que se temia, quase só as implosões da linda ponte de Santa Trinita, e a sedutora Veneza é de esperar que se

salvará, posto que os ministérios e outras repartições da grotesca república mussoliniana, que lá se haviam instalado, já se transferiram para as vizinhanças da fronteira austríaca.) Aqui a vida, sem dúvida, é ainda duríssima, porém com a animadora certeza de que “eles” não voltarão, acompanhamos, através dos telegramas e das correspondências dos jornais, os derradeiros atos da horrenda tragédia em que a Alemanha está consumando o seu suicídio, ou pelo menos simplificando macabramente, pela própria inanição medular, o problema militar e político da sua sobrevivência; imagino, de fato, que da guerra ela sairá esgotada e meio caquética, pela liquidação dos seus melhores e mais robustos elementos; o *Führer* tem acabado por chamar as classes mais baixas, os rapazes de 16 e 15 anos, constringendo a labutar nas fábricas de munições e nas trincheiras até as crianças, além, naturalmente, das mulheres e dos velhos. E as condições alimentares desse povo acostumado a comer muito são de longa data desastrosas.

Quando reflito que a nação germânica, forte, operosa, industriosa, e uma das mais instruídas da terra, se deixou precipitar num tal abismo de perversidade e de abjeção, entregando-se de corpo e alma a um bando de aventureiros charlatões e vulgares, além de diabolicamente criminosos, a tentação do mais absoluto pessimismo histórico se apodera de mim quase irresistivelmente. De que serve então a ciência? que vale a cultura? onde foi parar o “professor” teutônico, o “professor” ideal, a quem Taine e Renan atribuíam a superioridade da raça vencedora em 1866 e 1870? Já se viu, na outra guerra mundial, o que valia moralmente esse *Herr Professor*, retratado em 93 exemplares (que representavam milhares e milhares de outros) no famoso “manifesto dos intelectuais”; e agora estamos vendo, de modo ainda mais edificante, o que ele era, o que ele é. Hitler, de resto, declarou uma vez cinicamente que a “sua” Alemanha nada tinha de comum com a de Goethe e Schiller.

Agora, essa “sua” Alemanha, que atingiu a extrema etapa do percurso Frederico II – Bismarck – Guilherme II – Hitler, está nas vésperas da derrota integral, e da diuturna, aspérrima, necessária expiação. Sim, necessária por motivos morais superiores, necessária para satisfazer a justa nêmesis, e restabelecer a harmonia do cosmos. É possível que existam, antes deve ser verdade que existem, no inferno hitleriano, milhares, dezenas ou centenas de milhares de alemães e alemães, que não só hoje reprovam, mas desde o princípio reprovaram, com veemência, com horror, as atrocidades e infâmias dos nazistas. *Rari nantes in gurgite vasto*, como quer que seja, e, ainda como quer que seja, não é concebível que se pratique para com um povo malvado e precito na sua quase totalidade a clemência com que Jeová prometeu poupar a Sodoma o fogo do céu se entre os seus muros se encontrasse meia dúzia de inocentes. Neste outro caso, no da Alemanha, é doloroso, mas inevitável, que sofram alguns inocentes pela multidão inumerável dos culpados. Não se deve confundir com a vingança vulgar a justa vindita, e de outra parte a piedade para com a Alemanha seria crueldade e traição para com o resto do mundo, não só no presente, mas ainda no futuro. Está exuberantemente provado pela História que esse povo, quando fraco e dividido, é inclinado à discórdia interna, mas servil perante o estrangeiro, e quando unido e forte, é arrastado, alucinado irrefreavelmente pelo demônio da agressão selvagem contra os vizinhos, e da ambição de dominar quantas mais terras e gentes pode. Seria loucura, e loucura criminosa, tolerarmos por falsa generosidade que ele vá premeditando e aparelhando sempre novas guerras até realizar o seu sonho satânico; pois que ele se revela absolutamente incorrigível dentro das normas da igualdade internacional, cumpre aplicar-lhe, por tempo indeterminado, um regime de exceção. Cumpre, antes de mais nada, desmembrar o *Reich*, e em não menos de dez ou doze pedaços; o ideal seria a volta à Alemanha do tratado de Vestfália... e quem sabe se, dis-

tribuídos entre cem ou duzentos minúsculos estados, esses tudescos não seriam, ao cabo de um século, mais felizes do que têm sido de 1870 até hoje? Mas, de uma forma ou de outra, é mister torná-los inofensivos.

Quanto à Itália, o seu caso é todo diferente, no seu trágico destino. Este povo nunca foi belicoso, embora saiba ser valente quando deve, e não desejou, nem provocou, mas foi constrangido a suportar esta guerra, porque uma opressão de vinte anos o reduzira à impossibilidade material de rebelar-se contra as imposições de Mussolini e do fascismo; de longa data ele rompera, no fundo da própria alma, toda solidariedade com o *Duce*, ao contrário dos alemães que sustentaram e aclamaram Hitler com furioso entusiasmo em todos os seus atentados contra os direitos e a vida de outras nações. A queda do execrado regime foi saudada em toda a península com explosões de júbilo delirante, e se fosse seguida pelo armistício que tardou mês e meio, é provável que a sua libertação total teria sido muito mais rápida e menos onerosa. Os aliados deviam conhecer perfeitamente o estado de alma do povo italiano, mas não souberam tratá-lo com equidade e larga compreensão; e faltaram às reiteradas promessas públicas de tratá-lo como amigo desde que derrubasse o fascismo. A exigência da capitulação incondicional foi um grave erro, e as cláusulas do armistício foram tão draconianas, que até hoje os vencedores não tiveram a coragem de divulgá-las. Os bombardeamentos de cidades grandes e pequenas, com a quase destruição de algumas, foram excessivos, demasiado cruéis, e sem proporção com os resultados militares visados. Assim, a pobre Itália foi ainda uma vez, como tantas outras na sua gloriosa e tormentosa história, campo de batalha para exércitos rivais, e aliados e alemães são responsáveis pelos seus enormes sofrimentos; mas o maior e o pior responsável é Mussolini, que, com a sua política imoral e insana, de nacionalismo megalomaniaco e imperialismo *brigantesco*, a precipitou no abismo em que ela se con-

torce. Quem, sobretudo, amando-a como nós, a viu antes da primeira guerra mundial, ou, como você, poucos anos depois, quem conheceu o paraíso que ela foi, e as possibilidades de grandeza pacífica e justa que se lhe ofereciam; a grande prosperidade interna e de prestigiosa influência continental que já atingira, é verdadeira dor de coração contemplá-la prostrada, malferida, coberta de farrapos sangrentos, como jaz agora. Cair de tão alto, neste báratro medonho! Agricultura, indústria, comércio, marinha, estradas de ferro e de rodagem, tudo ou quase tudo devastado, pulverizado, aniquilado. A reserva áurea, ou dilapidada cinicamente pelos fascistas, ou roubada, a pouca restante, pelos alemães; roubados pelos alemães, valores imensos de toda espécie, tudo o que eles, conivente e cúmplice Mussolini, têm podido arrebatado e carregar para o seu país maldito. Um déficit pavoroso, de mil bilhões ou mais, uma inflação de dar vertigens, uma subida fantástica, alucinante, do custo da vida, e a mísera lira de tal maneira por terra, que eu não sei como se alcançará salvá-la, mesmo através da enorme depreciação inevitável. E em suma a Itália, que, depois de vitoriosa com a *entente* em 1918, começara a ser, de fato e não só de nome, grande potência européia e mundial, se vê reduzida, e pelo órgão de muitos seus ilustres se confessa reduzida, a ser, quem sabe por quantas gerações, um país de segunda ou terceira ordem! Causa profunda mágoa a humildade das suas declarações, em contraste frisante com a ênfase e a retórica de péssimo gosto familiares aos discursos fascistas!

E no nosso Brasil, que se faz, que se passa? Não há dúvida que soubemos jogar a boa carta e conforme à nossa índole, às nossas tradições liberais; mas quais são os prognósticos relativos aos proveitos que tiraremos da nossa justa solidariedade com as nações unidas? Aqui as previsões são otimistas; além do intuitivo aumento de prestígio político que resultará para nós, profetiza-se um considerável desenvolvimento econômico pela valorização dos produtos nacio-

nais em conseqüência de um incremento assombroso da exportação de matérias primas, e até de artigos manufaturados. Prevê-se também um vasto e generoso movimento de hospitalidade à imigração italiana, que corre parselhas com a portuguesa na vantagem da facilidade de assimilação.

O seu lindo artigo revelou-me um curioso encontro de idéias; ao mesmo tempo, e talvez no mesmo dia, em que você sugeria a publicação de capítulos das minhas memórias e outros escritos nos Diários Associados, eu fazia aqui idêntica proposta a Barreto Leite; Assis Chateaubriand acolheu-a favoravelmente, e a publicação principiará em breve.

Escreva-me por intermédio do Itamarati para a Embaixada junto à Santa Sé. Abraços nossos afetuosos. Seu de coração,

Azeredo.



Via dia villa Emiliani, 9. Parioli. Roma.

2 de março de 1946.

Meu querido Afonso, por que não me escreve nunca? Vejo que você adotou a regra comum a numerosos homens de letras – a de não traçarem linha que não deva ser tipografada e publicada. Regra talvez sensata, no dinamismo implacável da vida moderna, mas que deve admitir exceções; e se há quem mereça uma de sua parte sou eu, pelo muito bem que lhe quero, e pelas condições morais em que me acho, longe da pátria, e as quais você com tão comovidas palavras desenhou naquele inolvidável artigo, “Lembrança do amigo ausente”. Fortuitamente soube, por uma alusão do nosso amigo Acioli, e por outras de outras pessoas, terem aparecido nos Diários Associados as minhas impressões de “Roma em guerra”. Achou-as você in-

teressantes? agradaram a Assis Chateaubriand? Ignoro-o, porque guardaram ambos o mesmo silêncio. Eu não abandonei a idéia, que me sugeriu você mesmo, de dar aos Diários Associados alguns capítulos das minhas memórias; mas faz-me hesitar essa aparente indiferença que noto por parte de quem deveria ao menos manifestar uma opinião qualquer... Maria do Carmo (*Nabuco, irmã de Afonso Arinos*) esteve aqui duas semanas com o marido; fiz-lhe uma longa visita logo que chegaram; ela esteve em nossa casa meia hora uma vez e de outra vez metade de meia hora; o José Tomás (*Nabuco*) nem veio ver-nos. Cumprimentos nossos para sua Senhora, e um saudoso abraço do sempre seu

Azeredo.



Via de villa Emiliani, 9. Parioli.
Roma. 15 de maio de 1946.

Querido Afonso, a lista dos vários encargos que lhe absorvem o tempo e a atenção pôs-me tonto, atordoado; que diferença da monotonia em que vão deslizando estes anos da minha velhice, tão densos, todavia, de vida interior, de pensamentos, reminiscências, trabalhos antigos e novos! Eu levo tudo isso por diante, mas sem atropelo, e sobretudo... com liberdade de coordenar a meu gosto as diversas tarefas. Confesso que, hoje, não teria cabeça para resistir sólida e em equilíbrio às tantas solicitações que lhe disputam as horas e os minutos. Compreendo, assim, perfeitamente, que não lhe é fácil, mas antes difícilimo, escrever com certa freqüência, mesmo aos mais caros amigos. Confio, porém, que quando disponha de alguns momentos vagos, continuará a pensar com afeto no “amigo ausente”, e lhe dará o conforto de uma carta sua, seja embora breve e apressada.

Será para mim um prazer comunicar-lhe as páginas de *Memórias* que se referem à minha fraternal amizade semi-secular com o seu inolvidável Pai, com o meu Afrânio; mas ainda não cheguei lá, no curso dessa narração que vai devagar e coxeando um pouco, porque tenho o vício indarraigável de fazer muitas cousas simultaneamente. Eu o conheci em Montevideú, secretários ambos da nossa Legação. Já dois anos antes, em 1893, eu conhecera em Ouro Preto seus avós, o dr. Virgílio e dona Ana; na velha capital mineira, e depois, em São João del Rei, ligara-me em sólida amizade com seu tio Arinos, oficial do meu mesmo ofício, das letras. Em Montevideú, tive por primeiro chefe Vitorino Monteiro, que, porém, desde a instalação do governo civil na pessoa de Prudente de Moraes, se sentia constrangido na posição de ministro, e não tardou a pedir exoneração, sendo substituído por José Tomás da Porciúncula, que era casado com uma tia de Afrânio, dona Luísa de Melo Franco; foi já sob essa nova jurisdição que Afrânio encetou a sua carreira diplomática, seguido a pouca distância de tempo por Armínio; instalaram-se no mesmo hotel onde eu já morava com minha Mãe, e residia também, havia anos, a família Caymari, que devia em breve tornar-se minha própria. Nesse hotel – Hotel Oriental, na Calle Solis, o maior e melhor da cidade, minha Mãe e eu tomamos um apartamento no primeiro andar, e Afrânio com dona Sílvia outro no andar térreo, onde nasceu em 3 de maio de 1896 Caio, a quem minha Mãe deu o primeiro banho (Caio, esse bebê que vimos uma hora depois de nascido, conta já cinqüenta anos, é ministro, cedo será embaixador; oh atestado de velhice nossa, atestado que se une a outros numerosos, que vêm de fora, das mudanças que se produzem nas pessoas e nas cousas exteriores, e são mais frisantes, mais impressionantes, que a consciência mesma da nossa idade.) A convivência era diária, pode-se dizer contínua; prontamente adquiriu caráter de intimidade. Os diplomatas todos, como sói acontecer sobretudo nas capitais não

muito grandes (tal era então Montevideú) freqüentavam assiduamente a sociedade, aquela sociedade ainda um pouco patriarcal, a um tempo singela e distinta, que os acolhia com benevolência e confiança (sinto não poder incluir aqui o quadro que dela desenho nas *Memórias*, mas é extenso demais). Eu, solteiro ainda, era mais “mundano” que ele, mais habituado de teatros, cafés-concertos, e tertúlias. O serviço da Legação, sob os olhos amáveis mas disciplinadores do nosso bom ministro, era considerável, e Afrânio começava a sofrer da sua “cãibra dos escritores” (não havia, naturalmente, ainda máquinas datilográficas), e eu me queixava de uma renitente neuras-tenia, ora aguda, ora mais ou menos larvada, que, começada aos dezessete anos, me durou até perto dos trinta, com tonturas, sufocações, e outros penosos sintomas. Porém nos momentos de folga, como os há em todas as afecções crônicas, das nossas doenças nos ríamos, como nos ríamos de mil cousas... e é com enternecida saudade que recorro esse período, como aurora da juventude, mas de certa forma igualmente como uma prolongação da infância, porque, não obstante o notável desenvolvimento intelectual, éramos ainda duas verdadeiras crianças em face da vida e dos seus espetáculos, e quando Armínio se juntava a nós, as risadas soavam tais, tão esfuziantes e estrondosas, que deveria parecer difícil a que nos observasse acreditar-se em presença de três secretários de legação. Você sabe que seu Pai conservou até muito tarde esse privilégio raro de frescura juvenil, infantil até, dos olhos e do espírito, que quando se alia a qualidades de homem superior, é verdadeiramente uma fortuna para quem o possui, e um encanto para o seu *entourage*; dos filhos de Afrânio, parece-me ser Caio o que maior parte herdou desse privilégio. É supérfluo acrescentar que, em Montevideú, a nossa convivência não se ia toda em risadas; além do serviço oficial, tínhamos outros empenhos sérios; ele estudava a fundo o seu Direito Internacional, a sua Economia Política, e ampliava com leituras diversas a sua cultura geral; eu, nas mi-

nhas horas livres, fazia poesia lírica e prosas mais ou menos românticas, colaborava na *Gazeta de Notícias* e em *La Razón*; costumava mostrar-lhe os meus escritos antes de publicá-los, e lembram-me ainda alguns bons conselhos que me deu. Qual era então, fiquei até 1934, quando o senhor Getúlio Vargas houve por bem despedir-me, com um atestado de boa conduta e dois meses de indenização; um artista emprestado à diplomacia, o que aliás não me privou de servir utilmente o Brasil, e ser bem sucedido nas minhas várias incumbências.

Eis, meu querido Afonso, o que posso dizer-lhe sobre aquele curto período de Montevideu, e espero que lhe seja de algum proveito para o primeiro volume da sua obra.

Estimo que “Roma em guerra” lhe tenha agradado, e a outros leitores como me assegura, e me informam cartas recebidas de vários pontos do Brasil. Não importa que a direção dos Diários Associados não me haja enviado os números em que saíram os artigos; não pretendo recolhê-los em livro, coisa efêmera como são, e de resto tenho aqui o original autógrafo e uma cópia datilografada. O que lastimo e o que me magoa é que Assis Chateaubriand não tenha cogitado de distinguir-me com uma palavra de cortesia. Afonso, eu fui educado, como você igualmente apesar de tanto mais moço, segundo um código de bom tom um pouco antigo, mas que devia ser eterno; sou, pois, bastante sensível a certas incorreções hoje muito em voga. Além disso, são passados não sei quantos meses desde a publicação dos artigos, e nada me consta sobre a devida remuneração; por intermédio de Barreto Leite, Assis Chateaubriand pediu e tornou a pedir que eu lhes fixasse o preço; alegando a minha falta de prática em tal matéria, respondi que o deixava ao arbítrio dele; mas é óbvio que não significava essa resposta uma renúncia. Quando eu era embaixador junto ao Vaticano, por espontânea deliberação minha, colaborei gratuitamente por alguns anos n’*O Jornal*. Hoje a minha situação é diferente; sou um simples escritor, e o meu trabalho deve ser pago;

não por interesse reivindico este direito, pois poucos homens haverá que façam menos caso do dinheiro que eu, mas, em primeiro lugar, porque é de justiça (*dignus est operarius mercede sua*); e ao mesmo tempo por dignidade profissional; pois, se sempre detestei a *réclame*, não me presto a desvalorizar o meu trabalho; todos sabemos que fornecer artigos gratuitamente a uma folha que paga outros colaboradores, é publicar por favor – por favor, não do autor, mas da folha.

Ao terminar, hoje (21 de maio), acabo de receber uma carta deliciosa de Caio, em resposta à que lhe escrevi pelo seu 50º aniversário. Para você e sua Senhora os mais afetuosos recados de nós três. Saudoso abraço do seu de coração

Azeredo.



Via dia villa Emiliani, 9. Parioli.
Roma. 25 de novembro de 1948.

Meu caro Afonso,

Acabo de escrever a Caio, que nunca me escreve. Com a mesma pena, a mesma tinta e na segunda metade da mesma folha de papel, traço estas linhas. Talvez lhe seja aconselhável, para se lhes identificar o autor, voltar a página e ler a assinatura. Porque a minha letra já deve ser-lhe estranha aos olhos, como eu mesmo lhe estou afastado do coração. Já não é a “Lembrança”, mas o “Esquecimento do amigo ausente”. Amigo sempre, todavia. Eu não esqueço aquela “Lembrança”, e os termos cativantes em que foi expressa. Mas não creia que estou recriminando. É uma afetuosidade queixa, não um mau juízo.

Compreendo bem as circunstâncias atenuantes; não só atenuantes; até plenamente explicativas. Estão sempre no torto os ausentes

de ausências longas, ainda quando elas sejam involuntárias, forçadas, como é o meu caso. Acresce que no seu, além da endêmica influência antiepistolar da estada, por anos, para lá da linha equatorial, há a da política, gênero de atividade o mais absorvente e exclusivo. Aplaudo que se dedique à nobre missão de melhorar a sorte da pátria, que é talvez, nas suas condições pessoais, o dever superior a todos os outros. Alguns sinais, tenho visto das suas intervenções nos debates da Câmara, entre os quais um belo discurso comemorativo de Afonso Pena, sobre o qual, até, pensei por um momento em escrever-lhe, louvando-o calorosamente no conjunto, mas divergindo, no plano histórico, de algumas asserções. O que eu só sentiria é que a política lhe esterilizasse a forte produção literária, como tem feito a muitos outros com os seus mesmos dotes. Acredito, porém, que isso não sucederá.

Recomende-nos a sua Senhora, e aceite os nossos afetuosos cumprimentos.

Muito seu

Carlos Magalhães de Azeredo.



Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1950.
(Hotel Central)

Querido Afonso,

Li com espanto, em um artigo do *Correio da Manhã*, que ainda não existe no Brasil uma lei de responsabilidade concernente ao presidente da República e aos seus colaboradores no governo. “Como? – exclamei entre mim – quatro anos depois de promulgada a Constituição vigente?” Essa lei de responsabilidade é uma medida pessoal de justiça, uma garantia indispensável ao bom funciona-

mento dos poderes constitucionais, que nada tem de ofensiva a quem eventualmente exerce uma parte considerável deles, e que a natureza do regime presidencial torna especialmente necessária. O autor do artigo a que me refiro (você o terá lido) exortava o Congresso atual a discuti-la e aprová-la antes de dissolver-se, alegando com plena razão a premência dessa cautela contra os notórios penhores ditatoriais do antigo e futuro chefe do Estado. Tolerará a nossa demasiado comum imprevidência que Getúlio Vargas torne ao governo sem ser tomada tão elementar precaução? Porque você, de acordo com o seu partido, não apresenta à Câmara um projeto de lei a esse respeito?

Outro fato político que tem atraído a minha atenção é o de não haver conseguido o ex-ditador maioria absoluta de votos no pleito de 3 de outubro. Parece-me de boa tática explorar esta significativa circunstância para enfraquecer-lhe a autoridade.

Terceira observação: cumpre, segundo o meu humilde critério, dar o maior relevo ao escândalo das relações muito suspeitas do homem de São Borja com o aventureiro Perón e os seus emissários mais ou menos secretos. Há aí um elemento precioso (baseado aliás no interesse e na dignidade do Brasil, que essas relações ofendem) para abrir os olhos das “massas” que o elegeram, pobre gente ignara e fácil de iludir, mas que possui uma sensibilidade patriótica assaz suscetível.

Naturalmente, vocês da UDN e de outros grupos genuinamente democráticos não se descuidarão de cultivar com zelo e tato a simpatia das classes armadas, em cujo espírito de vigilância e proteção da legalidade creio que podemos confiar. Para tal fim lhes serão de eficaz auxílio o valor moral, o prestígio militar e político da grande individualidade do Brigadeiro, que reuniu ao redor de sua candidatura mais de dois milhões de eleitores.

Em suma — desde que temos de suportar o ex-ditador — o essencial, a meu ver, é que — e até no seu próprio interesse bem entendido — os seus atos sejam controlados por uma oposição forte, perspicaz, organizada e resoluta.

Releve-me a ingenuidade de falar assim a quem sabe tudo isso melhor que eu, e com cordiais homenagens para Anah, aceite um afetuoso abraço

do muito seu Azeredo.



Via dia villa Emiliani, 3 (*sic*). Parioli.

Roma. 14 de janeiro de 1956.

Querido Afonsinho, estou sem notícias suas diretas — o que é natural desde que vocês andam às voltas com a magna Roma; ontem de manhã, porém, telefonei ao Deoclécio (*Redig de Campos*), e soube com prazer estar já combinado o programa para visitarem juntos o Vaticano (*de cujos museus o brasileiro Deoclécio era diretor*). Quando querem vir almoçar novamente? Na próxima segunda-feira? na terça? e a que hora? Vista a declaração que me fizeram de não estarem seguindo “regimen” especial, autorizando-me portanto a oferecer-lhes um *menu* brasileiro, cá os esperarei, no dia que marcarem, *con todos los sacramentos de la ley*, como dizem os espanhóis: farinha de mandioca, pimenta malagueta, cachaça da mais fina; e lamento a falta dos cigarros de palha, porque os estou reclamando, há meses, de um amigo do Rio, que não me atende. O meu número de telefone é 870.332. Abraços para ambos. Afetuosamente,

Azeredo.



Via dia villa Emiliani, 9. Parioli.

Roma. 20 de abril de 1956.

Querido Afonso,

Não sei por onde você anda, nem se estas linhas o alcançarão na avenue Montaigne, nem quando pretende partir para a nossa terra, de onde me contam que o calor está pavoroso. Morcaldi ontem pediu-me notícias suas; respondi: – Creio firmemente na afeição deste meu amigo, mas ele pertence à legião (numerosíssima além-Atlântico) dos que evitam escrever cartas ou até simples bilhetes como a maior maçada deste mundo. – Morcaldi também se gaba de não escrever a ninguém, mas penso que exagera um pouco. É claro que nestes tempos telegráficos e telefônicos a todo transe, não se pode exigir dos amigos a antiga assiduidade epistolar. O que vale e a supre é a das gentis amigas, que perpetuam a graça e a glória de Madame de Sévigné e Mademoiselle de Lespinasse.

Que lhe resta a cumprir do seu programa de férias nesta velha mas sempre sedutora Europa? Regressará contente e animoso às lutas nacionais, embora talvez queixoso do inverno, que foi um feroz bandido, e da primavera, que se está portando como uma mulher safada e vilã?

A carta sobre *Um estadista da República*, de que você leu aqui o começo, cresceu muito, embora sempre num estilo de reminiscências íntimas e episódios pessoais; não lha envio para aí por não estar certo de que efetivamente chegará a suas mãos; seria pena que se perdesse; vou fazê-la datilografar, e a expedirei para sua casa no Rio, devidamente registrada.

Quando lá estiver, não se esqueça de falar de mim ao seu amigo José Olympio. Eu aspiro a entrar na clientela do ilustre editor, e presumo que alguns livros meus, além das *Memórias*, que ele já aceitou,

poderão interessá-lo. Puxando você de um lado e Tarquínio do outro, não lhes será difícil conseguir o que eu desejo.

Com saudosos abraços para o casal amigo, e um “Até lá!”, sou sempre o seu de coração

Azeredo.



Via dia villa Emiliani, 9. Parioli.

Roma. 26 de abril de 1956.

Querido Afonso,

Um abraço ainda, e um voto de boa viagem, antes que vocês abandonem esta enigmática Europa, que deveras os tem tratado mal, e a quantos nela moram. Se recebeu a minha carta precedente, deve estar-se rindo de mim, pelo brilhante desmentido que deu, na sua tão longa e interessante, ao que eu dissera de você ao bom Morcaldi. No meu atual sedentarismo, forçado, porque o dinheiro não basta para contentar o desejo, não extinto em mim, de novas e reveladoras peregrinações, gozei ao ler a animada relação das suas, a que não faltou o momento dramático da excursão entre a Áustria e a Suíça, debaixo de formidável nevada, com uma visibilidade quase nula, e sem correntes nas rodas do auto. Acredita com razão que na longa residência aqui nunca nos achamos às voltas com inverno semelhante. Como extravagância climática, mas de outro gênero, lembro-me, na nossa primeira estada aqui, dos meses, de outubro a março, em que, sob o influxo do siroco, choveu a cântaros quase sem trégua. A minha saúde era então muito mais frágil que hoje, e a neurastenia crônica de que sofria se acentuou terrivelmente. Vê-se que Goethe, quando compôs a melodiosa canção de Mignon, ainda não conhecia a Itália. A benéfica maga que me curou naquela época foi Paris, onde passa-

mos quase um ano, Mamãe, Maria Luísa e eu, em casa dos meus saudosos sogros. Que bela a vida, que belo o mundo, naquele éden da nossa mocidade feliz!

Lamento como você a estandardização norte-americana dos nossos costumes, e até a alteração radical da fisionomia do Rio (mal de todas ou quase todas as cidades, atualmente). O Rio da minha infância, da minha adolescência, não era bonito; mas antes feio, nos bairros centrais; porém havia, a pequena distância destes, o encanto, o remanso verde das grandes chácaras que em muitos arrabaldes desapareceram; os *skyscrapers* vão invadindo tudo. Que penosa, por exemplo, a tragédia das maravilhosas palmeiras da rua Paissandu, sufocadas, atrofiadas pouco a pouco por eles!

Até “lá”! *Memento mei apud Josephum Olympium!*

Para ambos o afeto saudoso do velho amigo

Azeredo.



Via dia villa Emiliani, 9. Parioli.

Roma. 29 de setembro de 1958.

Querido Afonso,

Estou à espera de uma carta sua; ansioso, aflito por notícias do problema, para mim, de tamanho alcance.

Na missiva precedente, você me anunciava próxima vinda a Roma, se aceitasse o convite do presidente Kubitschek para unir-se à comitiva do presidente Gronchi na sua viagem para o Rio; não acreditei muito na possibilidade de tal aceitação, e logo a excluí quando soube da sua candidatura a uma cadeira de senador nas próximas eleições. Não era verossímil que se ausentasse daí em tal conjuntura.

Não sei se já lhe mencionei as minhas condições de saúde, que são más desde há meses. Péssimo presente do inverno daqui: uma crise

reumática mais ou menos generalizada, que me tem fatigado muito, estorvando de contínuo a minha normal atividade por um obstinado enfraquecimento das pernas e dos braços. O meu médico diz que não é grave, vista a robusteza “juvenil” (expressão sua) do coração, mas essa juvenildade é assaz problemática, em contraste com a realidade cronológica que marca hora bem diversa no relógio da minha vida. E nesta hora crepuscular qualquer coisa anormal pode tornar-se grave de um momento para outro. A grande questão para mim, a questão melindrosa e alarmante não é porém sanitária; é financeira. Equilibrar os distúrbios da uricemia com um funcionamento orgânico regular, tenho-o conseguido até agora, graças à prudência, à estrita sobriedade, e ao sono pacificante, restaurador, que vou cultivando. Mas resistir ao câmbio de 170 cruzeiros por dólar é humanamente impossível! dentro do esquema de despesas que não posso alterar sem descair do decoro de uma posição social fixada através de tantos anos. Não são raras as visitas a esta casa de embaixadores, príncipes e princesas da aristocracia romana, cardeais (ainda na semana passada a do cardeal Barros Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro). Se em mim ou no ambiente onde resido se notasse um abaixamento de tom, a vergonha não seria só minha, mas também do governo brasileiro; porque eu aqui, além de muito conhecido, sou muito estimado, e toda a gente sabe de cor o meu *curriculum* diplomático tão longo, e o modo por que foi preenchido.

Não quero dramatizar um episódio de dificuldades materiais, ainda que angustiosas; mas sinto a necessidade de uma solução equitativa e urgente. A que você me sugere é muito boa. O título de consultor é honroso, e, ponderados os meus quarenta anos de não inúteis serviços, parece-me que não deve haver obstáculo sério a tal concessão. O caráter oficial da concessão justifica e legaliza a do câmbio oficial, para os meus vencimentos, como você com razão argumenta na sua carta. Eis o grande dilema: ou me salvam da calami-

dade do câmbio desastroso, que equivale quase à não existência da moeda nacional, ou seria para mim sorte pior que outra qualquer perspectiva, mesmo a perda da vida. Porque significaria o descambar fatal da necessidade para a miséria, a nua e crua indignência.

Significaria paralelamente uma depreciação iníqua do meu labor diplomático tão dilatado, não só exemplar na probidade e no desinteresse, como nimbado de certo realce, para o bom nome do Brasil; e extremamente profícuo, pois *todos* (digo *todos*) os encargos a mim cometidos pelos sucessivos governos foram sempre plenamente bem satisfeitos.

Não sei como explicar as causas que me trouxeram às presentes e tão críticas condições. Nunca fui jogador, e menos ainda fiz pagar pelo Estado dívidas de jogo, como outros solicitaram, mendigaram, e à força da bajulação e empenhos conseguiram. Nunca dilapidei vencimentos em aventuras de mulheres, nem pretendi deslumbrar a sociedade com excessos de luxo e prodigalidades de snobismo. Resta-me atribuir a minha inópia atual ao escrúpulo talvez demasiado com que apliquei sempre aos seus fins ostensivos a verba da representação, na qual outros, por não ser ela sujeita a prestação de contas, aparelharam, com sagaz economia (aliás lícita dentro de certos limites) elementos próprios para uma cômoda prosperidade futura. Generosidades imprudentes houve de minha parte a favor de pessoas mais ou menos dignas de apoio ou socorro, mas especialmente a favor do Estado pela renúncia a várias ajudas de custo – e disto estou arrependido. Acresce que por motivos que seria longo e tedioso expor, tendo sido aposentado em fevereiro de 1934, fiquei dirigindo a embaixada até agosto, com todas as despesas de tal posição, e sem vencimentos desde abril. Tive em seguida de pacientar três anos e meio (até o verão de 1937) a primeira quota da pensão de aposentado, circunstância que, possuindo, de meu, só modesto pecúlio, contribuiu para reduzi-lo ainda mais. A todos ou quase todos os altos funcionários

aposentados então foram oferecidas pouco a pouco comissões mais ou menos rendosas, ao passo que de mim ninguém se lembrou nunca; os que podiam compensar-me dos danos da prematura aposentação em que me vi envolvido nas demagógicas derrubadas de 1934 preferiram deixar inoperosa a minha capacidade de novos serviços públicos a distinguir-me com uma prova de merecida estima.

É supérfluo entretanto rebuscar razões em época relativamente remota; a raiz de todo o mal está em fenômeno recente e imprevisível: na queda vertiginosa e calamitosa do câmbio, desastre sem precedente na história financeira do Brasil, que aliás, mesmo durante o Império, atravessou crises bem graves (em 1864 por exemplo). Mas aquelas crises suscitavam nas esferas dirigentes o instinto da defesa e da recuperação do valor da moeda ameaçada, ao passo que hoje qualquer simples observador, ainda que incompetente na matéria, mas dotado de natural inteligência tem a impressão de que se deixa correr tudo à revelia... E acontece que o “homem da rua” não pode ouvir ou ler certas declarações desenvoltas e altissonantes do otimismo oficial sem um sorriso de ceticismo assaz amargo.

Você teve ensejo de encontrar-me várias vezes nas minhas últimas estadas aí, de cerca de um ano cada uma. Viu como eu vivia; num bom hotel, recebendo e obsequiando amigos, passeando, trabalhando normalmente, em suma, quanto possível, satisfeito; já havia certa flexão do câmbio, a situação do país não era brilhante, mas enfim podia-se agüentar as condições da vida quotidiana sem excessivas apreensões, e nutrir esperanças de melhor futuro. Mas agora! quem pode, obrigado a uma certa decência de trato social, resistir à pressão de 170 cruzeiros por dólar?

Eu não posso; em todos os bancos onde tenho dinheiro, as minhas contas-correntes são deficitárias; mínimas as rendas, e se tiver de vender títulos, minguarão ainda. Aqui curto privações muito

sensíveis; já tenho vendido às pressas e por vil preço objetos de que nunca pensara ter de separar-me. Não posso, fatigado e depresso por um verão tórrido, restaurar-me na Suíça como cada ano desde 1920. Não posso comprar livros que são caríssimos, ir a um teatro, a um cinema, conceder-me uma diversão qualquer. Quase não saio de casa; penso duas vezes para tomar um táxi. Devo poupar até nos cuidados necessários à minha saúde abalada, como visitas de médico, produtos farmacêuticos. Em duas palavras, vivo miseravelmente. Veja você se me ajuda, se me salva. Dizem-me que o novo ministro do exterior (*Francisco Negrão de Lima*) é seu íntimo amigo; calculo possua ele mais compreensão e sentimento humano do que o José Carlos (*de Macedo Soares*), que não quis despender uma palavra, fazer um gesto a meu favor. Talvez o Elmano Cardim poderia também unir-se a você em meu proveito. Você é neste momento o benjamim da Academia, ele é o presidente, eu sou o decano; quem sabe se ele não quererá deduzir desta tríplice combinação uma espécie de ponto de honra para defender-me? Sei que me estima; pelo meu recente aniversário mandou-me um afetuoso telegrama.

Não tarde a escrever-me. Tem havido já tempo para vir daí, senão um resultado definitivo, pelo menos algum esclarecimento sobre o ritmo dos seus esforços. Estive incerto acerca dos seus endereços: você deu-me o da Rua Dona Mariana, 63; o boletim oficial da Academia indicava Rua Barão do Flamengo, 32. Pedi conselho ao simpático Afonso III, seu filho, que me sugeriu escrever para a Câmara dos Deputados; é o que faço agora.

Carinhoso abraço para o casal amigo.

O seu de coração

Azeredo.



(sem data)

Querido Afonso (não posso chamar “Afonsinho” um ministro de Estado, um “chanceler”, como neologicisticamente se diz nas repúblicas latino-americanas).

O nosso bom e prezado amigo embaixador Sousa Gomes (naturalmente lembrando-se de ter eu servido por tantos anos o Brasil junto à Santa Sé), pede-me para lhe escrever acerca da recíproca situação das nossas duas embaixadas em Roma. Pensa ele, e, a meu ver, com muita razão, que, estando suntuosamente instalada a Embaixada junto ao Quirinal, e não tendo sido possível, por motivos que bem compreendo, instalar no mesmo histórico palácio Doria Pamphilj a outra, esta última ficaria em posição de inferioridade se não se achasse modo de “equilibrá-la”, no sentido protocolar e mundano, com a outra, assegurando-lhe uma residência pelo menos igualmente decorosa. Sugere ele a solução de se comprar ou alugar a longo prazo uma parte do não menos histórico palácio Orsini, onde há de mais o precedente de lá terem morado alguns embaixadores acreditados perante o Vaticano. Parece, segundo ele me insinua, que o próprio Vaticano não ficaria contente com uma diferença patente entre as duas embaixadas, em detrimento da “nossa”.

Assim, com muito prazer exponho a “Vossa Excelência” este ponto de vista, partilhado, como acabo de dizer, por mim mesmo, e, cumprida esta grata incumbência, bato palmas calorosas à sua nomeação para o Itamarati, da qual me rejubilo e como brasileiro me orgulho, e como amigo seu e da sua ilustre família por já três gerações; e lhe envio o saudoso abraço do sempre seu de coração

Azeredo.

Quando nos veremos agora? e onde? Eu atualmente, e quem sabe por quanto tempo, não poderei empreender tão dilatada viagem, e você fica aí preso (com vínculos de ouro, mas preso em suma) por quatro anos ao menos. Abrace a querida Anah por mim.

Via Eleonora Duse, 2. Parioli.
Roma. 20 de dezembro de 1962.

Meu querido Afonso,

Terão estas linhas a boa fortuna de encontrá-lo ainda em Genebra? Seguindo de longe e mal informado pelos jornais, a Conferência sobre o Desarmamento, receei que você tivesse já reintegrado o seu posto no casarão de vidro da ONU; o nosso João Hermes (que partiu há dias para o Rio, mas decerto com a esperança de voltar aqui para a perseguição do Concílio) disse-me que a sua estada (de você) na margem calvinista do belo lago Léman se prolongaria ainda um pouco, e esta notícia me tranqüilizou um tanto. Esta manhã li que a Conferência realizaria a sua *penúltima* sessão hoje, e assim é de crer que esta carta, mandada por expresso, ainda lhe chegará a tempo. Desejo muito e peço-lhe com grande empenho que no regresso a Nova York passe por aqui e pare em Roma alguns dias. Preciso de muito calor de amizade para opor ao duplo frio do inverno, que começa amanhã, e da tediosa, melancólica solidão em que antes vegeto do que propriamente vivo.

Você poderá como ninguém informar-me sobre coisas da nossa terra, que me afligem e assustam; além de que temos uma partida aberta – a do célebre soneto, sobre o qual paira um equívoco que eu muito desejaria dissipar, mas por escrito seria tarefa muito larga, ao passo que uma palestra, à vista do “corpo de delito”, afugentaria as dúvidas rapidamente.

Venha, pois, aqui o espero com os braços abertos para estreitá-lo sobre o meu coração ansioso, e o espírito sedento da cálida e luminosa irradiação do seu.

Até breve, pois, não falte!

O seu de sempre

Azeredo.

Via Eleonora Duse, 2. Parioli.

Roma. 4 de março de 1963.

Querido Afonso,

Tenho pensado em escrever-lhe, de novo, nestes últimos dias, mas a incerteza do seu paradeiro me tem feito desistir. Na verdade não sei se você está em Genebra, em Milão, ou em Nova York; hoje, porém, considerando que a Conferência do Desarme retomou os seus trabalhos, e não tendo eu visto referência a movimentos seus nos boletins telex que a Embaixada da praça Navona me manda todas as manhãs, concluo pela possibilidade da sua demora na Suíça, e arrisco-me a enviar-lhe estas linhas.

Realmente o meu intuito é somente lembrar-lhe a promessa de uma ou algumas visitas suas em Roma, não só *por serdes vós quem sois*, como pelo interesse do coração em gozar ainda de tão preciosa companhia, e pelo valor das conversas e trocas de idéias sobre as coisas do nosso Brasil e seus reflexos internacionais. Não repare na má letra destas cartas; desta vez não dirá que a minha caligrafia continua ótima, porém o fato é que tenho as mãos enregeladas pelo intenso frio exterior que penetra nesta casa apesar de bem aquecida. Que inverno pavoroso!

Abraços afetuosos para você e a querida Anah, do velho amigo devotado e grato

Azaredo.



TEXTOS ESPARSOS

~ A alma do tempo

Afonso Arinos de Melo Franco

Na Suíça, em 1932, deitado no sanatório, eu me correspondia com Magalhães de Azeredo sobre Stendhal. (*Rio, 14 de dezembro de 1959*)



(A casa de Magalhães de Azeredo, na Via Po, em Roma, possuía uma peça assim, embora muito mais luxuosa, pois a escada, lá, era de mármore, e a galeria coberta, como o corredor superior de um claustro, apoiada em colunas também de mármore.) (*Rio, 24 de dezembro de 1959*)



Só em dois encontrava informação mais ampla do que a minha: no professor Séchaye e em Magalhães de Azeredo, que então conheci em Genebra e de quem, em breve, me tornaria amigo, na convivência que, pouco depois, entretivemos em Roma. (*Rio, 2 de janeiro de 1960*)



Meu encontro com Carlos Magalhães de Azeredo restituiu-me o gosto de viver e o equilíbrio íntimo. Posso dizer que o conhecimento deste amigo, o convívio diário que entretivemos durante as semanas que passei em Roma, naquele ano, foram dados capitais da minha formação, além de haverem servido como remédio decisivo para a crise moral que, naquele momento, eu atravessava.

Com ele tive a convivência literária que apagava a distância de idade e que faltava com meu pai, em quem as preocupações da vida política e dos estudos jurídicos tinham amortecido os arroubos poéticos da mocidade. (...)

Azeredo, que conta hoje 87 anos, está escrevendo as suas memórias. Há alguns meses fui vê-lo, como faço sempre que vou a Roma, e ele me disse que um dos capítulos do livro seria dedicado às nossas conversas de 1925. Mas o livro de Azeredo está sendo composto devagar, não tendo atingido, ainda, quando com ele estive na última vez, nem mesmo à missão Nabuco, de 1903. É, pois, pouco provável que o meu velho amigo chegue à fase em que deve falar de mim. Escrevo, pois, eu, a seu respeito, mesmo porque o episódio do nosso encontro foi seguramente mais importante para mim do que para ele.

Quando cheguei a Roma, em 1925, Carlos Magalhães de Azeredo contava 52 anos, e tinha atingido o ápice da carreira diplomática, como embaixador junto à Santa Sé. Casado, sem filhos, com uma senhora de origem cubana, Maria Luísa Caymari, que ele conhecera em Montevideú, vivia numa bela casa na Via Po, com a esposa, duas cunhadas e a mãe. Filho póstumo, criado com desvelo pela mãe que nunca mais se casou, o escritor conservava, no princípio da velhice, uma certa ingenuidade *gâtée*, própria da educação que tivera e da vida que levava depois de casado, objeto do cuidado de tantas mulheres. “O Azeredo casou-se com uma família”, dizia o malicioso Gastão da Cunha, ao observar o cerimonial que era a saída do colega para a

rua: a mãe a lhe passar o capote, a esposa a enrolar-lhe o pescoço no abafo de lã e a cunhada a entregar-lhe o guarda-chuva, junto à porta.

Bon enfant, Azeredo aceitava sorrindo esses carinhos sufocantes, embora não desprezasse outros, que buscava junto a saias menos domésticas.

Amava as mulheres, sendo eclético e distributivo nas atenções. A copeirinha maliciosa do restaurante (meu irmão Caio, que foi seu secretário, dizia-me que qualquer silhueta de avental e touca perturbava o poeta-embaixador), a lânguida duquesa italiana, a galante dama brasileira, de todas essas flores de beira de estrada ou de estufas ricas ele aspirava, com deleite, o perfume.

À ilustre e generosa dama brasileira, de origem árabe, que sabia perdoar os próprios pecados com o mais compreensivo sorriso do mundo, ele dedicou um soneto que me leu com ares inocentes, mas com entonações cúmplices, na presença da esposa, soneto cujo primeiro verso era o seguinte: “Perfumada pastilha do oriente...”

E por aí seguia. A embaixatriz, ao ouvir aqueles acentos bíblicos, cheirando a *Cântico dos cânticos*, agitou-se na cadeira: “Ó Carlos, que exagero!” Mas ele, piscando para mim, tranqüilizou-a na sua voz metálica, de surdo: “Ora filha! São imagens poéticas.”

Azeredo e meu pai eram amigos desde a Faculdade de São Paulo, onde foram contemporâneos. Depois ambos serviram como secretários na Embaixada do Brasil em Montevidéu. Naquele ano (1896) Caio nasceu na capital uruguaia, e, assim, Azeredo conheceu, desde os primeiros dias de vida, aquele que veio a ser seu subordinado na Embaixada de Roma. (*Petrópolis, 3 de janeiro de 1960*)



Ainda em 1896 Azeredo foi removido para a Santa Sé e, a não ser uma interrupção de cerca de dois anos, durante a qual serviu em ou-

tros postos, ficou na Itália todo o resto da sua longa vida, hoje quase nonagenária.

Quando da minha primeira visita a Roma ele já ali se achava havia trinta anos. Lá estivera ao tempo da missão Nabuco, aberta com gloriosos auspícios e tão tristemente malograda. (...)

Azeredo recordava para mim a vida triunfante de Nabuco, o seu sucesso social, o prestígio que logo adquiriu no mais requintado meio romano. (...)

Amigo pessoal dos papas sob cujo reinado servira, Leão XIII, Pio X, Bento XV e Pio XI, possuidor de relíquias pessoais dos mesmos, como, por exemplo, o solidéu de São Pio X, Azeredo era (e ainda é) um repositório vivo de fatos e anedotas interessantes sobre a vida na corte papal, desde o fim do século passado.

Meu pai devia ter-lhe escrito, recomendando-lhe que me dispensasse alguma assistência; mas, além deste dever social para com o filho do amigo, Azeredo afeiçoou-se realmente a mim, em quem encontrava um ouvinte atento e permanentemente curioso para as suas lembranças, bem como um espírito inteiramente absorto nos problemas da cultura, em geral, e da literatura em particular, que eram os que a ele também mais de perto interessavam.

A partir da hora do almoço ficávamos juntos, praticamente, todo o dia, até à hora do jantar, quando eu voltava para o meu hotel e, habitualmente, não mais saía. Pela manhã eu percorria, sozinho, a cidade e os monumentos. Depois almoçava na Via Po, e passava o resto da tarde com Azeredo, em novas excursões aos monumentos ou em passeios mais extensos, de automóvel, pela Via Appia, a campanha e os castelos romanos. Os espetáculos eram variados. Lembro-me de um concerto regido por Stravinski e de uma exposição de pintura moderna, entremeadas com as visões clássicas ou barrocas. Além dos monumentos grandiosos, de fama universal, Azeredo não esquecia as pequenas relíquias de Roma, como São Paulo das Três Fontes,

que ainda recordo cheia de glicínias em flor, uma pequena capela do Bramante, a Farnesina, a prisão do Tasso, no Janículo. No alto deste monte, certa tarde, junto à estátua de Garibaldi, com Roma dourada a nossos pés, Azeredo leu-me uma página viva e reveladora sobre a atmosfera de inquietação e intriga que reinava nos corredores do Vaticano, nas horas que precederam à morte de Leão XIII.

Como embaixador em posto não lhe seria possível publicar aquela impressão um pouco ferina. Como aposentado, mas sempre residente em Roma, talvez não lhe tenha parecido conveniente divulgá-la mais tarde. De qualquer forma trata-se, pelo que me ficou na memória, de um depoimento colhido ao vivo das horas, colorido e curioso, e que bem merece ser conhecido, algum dia.

Pressionado pela paixão de escola, escrevi um poema sobre Roma (bastante ruim, aliás), no qual procurava dar largas a impressões de um “modernista”. Impressões falsas e que eu, no fundo, não sentia. Azeredo não se enganou sobre aquele artificialismo pretensioso. A mim nada disse, a não ser vagas amabilidades, mas ao seu fraternal amigo Mário de Alencar escreveu, a respeito, trechos de uma carta, que foram copiados e remetidos de torna-viagem pelo meu amigo Jorge, filho do destinatário. Naquela carta Azeredo se desabafava, junto a Mário, dos seus ressentimentos contra Graça Aranha. Depois de elogiar-me bastante, acentuava o mal que Graça fizera à nossa geração, matando nela (assim ele supunha) a receptividade para a cultura antiga. E aludia ao meu poema, observando com agudeza que, nele, eu não exprimia talvez o que sentisse, mas o contrário daquilo que deveria sentir um poeta não modernista, em contato com Roma.

Acho que ele tinha razão. (...)

Último fundador da Academia, amigo de Machado de Assis e de Nabuco, Azeredo é um brasileiro altamente civilizado, que, pela cultura, experiência intelectual, fidalguia e alta integridade moral, hon-

rou o Brasil na Itália durante decênios. O fato de havê-lo conhecido na minha juventude, nas condições que relatei, teve sensível importância para a minha vida. Homem rigorosamente honesto, vivendo dos seus vencimentos e do pequeno pecúlio herdado da mãe, o velho poeta e embaixador ficou em sérias dificuldades, nos últimos anos. Suas economias se desfizeram com as despesas de tratamento da esposa, até morrer, e dele próprio. Os vencimentos de aposentado, muito baixos, tornavam-se ridículos com a queda do cruzeiro. Azeredo foi sendo forçado a restringir sua vida, creio que até a dispor de peças de arte acumuladas na longa carreira. Quando fui batizar o meu segundo neto em Roma, no ano de 1957, achei-o triste e apreensivo. Deoclécio de Campos falou-me das dificuldades reais que o nosso amigo atravessava. Diziam-lhe para retornar ao Brasil. Mas como fazê-lo, sozinho, sem família aqui, depois de mais de sessenta anos de Itália? Seria apressar a sua morte. Chegando ao Rio, expus a situação ao ministro Negrão de Lima, que teve espírito e coração bastantes para atendê-la. Chico Negrão providenciou imediatamente um contrato com Azeredo, mediante o qual ele ficou à disposição da Embaixada na Santa Sé, com alguns poucos dólares, menos do que os que ganha um auxiliar de consulado, mas que são, contudo, suficientes para que o meu velho amigo, que não sai mais de casa, possa enfrentar sem riscos as suas escassas necessidades materiais. Aqui declaro o único “favor” que, como líder da oposição, fiquei devendo ao ministro de Estado, cuja amizade comigo merecia no entanto reparos severos de correligionários. (...)

(*Francesco Bianco*) era íntimo de Azeredo e tornou-se meu companheiro constante, em Roma. (...) Bem mais velho que eu, era, contudo, bastante mais moço que Azeredo, o que dava à nossa convivência um tom mais fraternal. (*Rio, 5 de janeiro de 1960*)



Em 1925 festejava-se, em Roma, o Ano Santo. Graças às regalias de que gozava Azeredo, como decano do corpo diplomático, pude estar presente a algumas das imponentes cerimônias religiosas que se realizam nessas ocasiões. (*Rio, 6 de janeiro de 1960*)



Nomeado pelo presidente Venceslau para o Itamaraty, ele (*Caio de Melo Franco*) foi residir em Roma como secretário de Azeredo, pouco antes da morte de minha mãe, sendo eu ainda ginasião. (*Rio, 10 de janeiro de 1960*)



As cartas mais compridas e afetuosas são, porém, as do meu antigo mestre em assuntos romanos, Magalhães de Azeredo. O já então embaixador aposentado interessava-se vivamente em que eu cumprisse a promessa, que lhe havia feito, de escrever um estudo sobre ele e a sua obra literária.

Eu desejaria, agora, enviar-lhe uma carta muito comprida, mas muito, relativa à sua antiga promessa, que não esqueço, de estudar com séria crítica os meus escritos num livro. Não renunciei nem renuncio à realização desse generoso e precioso projeto espontaneamente nascido no seu espírito. A minha não escassa, antes volumosa obra, necessita, mais que outras, de um comentário como você é capaz de fazê-lo, para atrair sobre ela a atenção presente e futura dos que aí se interessam pelas coisas do pensamento e da arte; ela, além disso o merece (deixe-me falar sem hipocrisia de modestia), porque, feliz ou não nos resultados, revela uma personalidade à parte pela sua índole e pela sua formação; revela, acima de tudo, uma alma. Si parva licet componere magnis (et sacris profana).

Não me sendo possível satisfazê-lo quanto ao livro, por causa dos afazeres da minha vida, dediquei a Azeredo uma das crônicas literárias que então publicava na imprensa do Rio, dando-lhe o título “Lembrança do amigo ausente”.

Antes mesmo que eu a remetesse a Roma, Maurício Nabuco, que lá estava de embaixador, fez-lhe chegar às mãos a página evocativa.

Azeredo respondeu em longa carta de doze páginas, a que junta um pequeno retrato. Sempre preocupado (como dizem que era Alexandre Dumas) com a duração da sua obra, diz, em certo trecho:

Não sei que destino terá, nas letras brasileiras, a minha obra, se a salvará, das ondas tórpidas do Letes, que tantas coisas de contínuo trazam, a simpatia, sucessivamente renovada, de alguns espíritos amigos, ou se naufragará para sempre nelas. A alternativa, como outras do mesmo gênero, oscila entre muitos fatores imprevisíveis. Mas desde já a consolante certeza de ter exercido essa influência benéfica sobre inteligências e corações jovens, dos quais você, com tanto afeto, se apresenta como um exemplo, bastaria para indenizar-me de um futuro esquecimento, e convencer-me de não ter vivido em vão.

A carta é de fevereiro de 1945, dos últimos dias da guerra. Nela Azeredo conta os horrores da dominação nazista em Roma e preconiza a divisão da Alemanha em inúmeros principados minúsculos (como no Tratado de Vestfália), ao passo que, como bom romano, procura defender a Itália, apelando para as glórias cristãs e latinas e para a compreensão dos vencedores.

Muito interessante, pelo tom memorialístico, é outra carta do embaixador, esta de 1946. Rememora o ano distante de 1893 em que conhecera os meus avós na cidade de Ouro Preto, para onde fora, com outros escritores, fugindo à polícia de Floriano.

Fala, em seguida, de sua íntima amizade com meu pai, quando ambos eram secretários da Legação brasileira em Montevidéu, no governo Prudente.

O quadro dessas lembranças, que incluía a vida ainda meio patriarcal da cidade uruguaia, ele o estava inserindo nas suas *Memórias*, já então em preparo, e, infelizmente, inconclusas até agora.

Creio, pelo que Azeredo me disse em 1959 em Roma, sobre o andamento do livro, que a parte em referência já estava terminada. (*Rio, 22 de dezembro de 1960*)

 A escalada

Afonso Arinos de Melo Franco

Magalhães de Azeredo, que me levou, no deslumbramento dos vinte anos, à presença do sábio papa (*Pio XI*), contava-me da vida fecunda do cardeal milanês, debruçado durante lustros sobre os alfarrábios e manuscritos, no salão da Ambrosiana. Foi, assim, pensando no velho amigo diplomata, no bondoso papa que me pousou a mão na fronte, e também no jovem de vinte anos que ainda às vezes ressuscita um pouco dentro de mim, que entrei no luxuoso salão de leitura, cheio de estátuas e de lampadários, revestido até o teto de estantes onde se alinham tomos veneráveis. (*Milão, 23 de janeiro de 1963*)



Outro depoimento contemporâneo que me agradou foi o do meu velho amigo Magalhães de Azeredo, que, de Roma, escreveu-me a respeito do discurso (*sobre o centenário de Afonso Pena*). (*Rio, 26 de maio de 1963*)



Juntamente com esta extraordinária missiva, o infatigável Rui (*Ribeiro Couto*) me enviava cópia da carta por ele remetida a Magalhães de Azeredo, bem como uma previsão dos votos de todos os acadêmicos, por escrutínios e pelos três candidatos, eu, (*Guimarães*) Rosa e Pinheiro Chagas... (*Rio, 13 de maio de 1965*)

(Segue o trecho da carta do embaixador e acadêmico Ribeiro Couto ao acadêmico e embaixador Magalhães de Azeredo, datada de Belgrado, 2 de dezembro de 1957, sobre a candidatura de Afonso Arinos à Academia Brasileira de Letras. “Estou muito inquieto com a eleição do Afonsinho, que não me parece fácil, porquanto o excelente Guimarães Rosa estava de plantão no Rio e logo que faleceu o Zé Lins, começou a campanha eleitoral. Afonsinho, um pouco aéreo, um pouco “sputnik”, deixou-se ficar pela Europa, enquanto os adversários ganhavam terreno. Já mandou o seu voto? O essencial é mandarmos o nosso voto, ao próprio Afonsinho, pois essas manifestações “concretas” têm muita influência sobre os prováveis hesitantes e os possíveis “comprometidos”. Como sei que o senhor é voto firme do Afonso, sugiro que entregue ao filho, secretário em Roma, a carta ao presidente da Academia. É o que vou fazer eu mesmo, por confiar mais na mala diplomática de Roma. (...) Quando terei a ventura de abraçá-lo? No Brasil? Em Roma? Até lá, peço que aceite, em comunhão de amizade com os Melo Franco [que saudades do Virgílio, do Caio e do velho dr. Afrânio!] um muito afetuoso abraço do seu).

~ Planalto

Afonso Arinos de Melo Franco

De Magalhães de Azeredo, epistológrafo copioso, há várias cartas. Eu mesmo tenho numerosas dele, que algum dia, talvez, venha a reunir e publicar na *Revista da Academia*. Entre aquelas dirigidas a Caio, que vou aqui recolhendo, graças à liberdade que me reservei nestas memórias, separei uma do velho e saudoso amigo, interessante pelo que revela dos métodos de trabalho do poeta que ele foi. É escrita de Lausanne, a 25 de setembro de 1922:

Caio querido.

Só esta manhã tenho vagar para escrever-te. “Que vida ocupada” — murmuras, não sem malícia, talvez. Mas a verdade é que as musas tomam conta de mim. Já sabes que elas fazem comigo lo que más les gusta, em virtude de muitos antigos direitos seus, e da minha beata condescendência. Quando as imagens e os ritmos entram a cabriolar na cabeça da gente, que resulta se não se lhes dá saída? dor de cabeça. E eu detesto dor de cabeça. Em suma, encurtando razões, resolvi há dias puxar da pasta os meus papéis, para organizar um novo livro de versos. A leitura destes me acordou uma vontade furiosa de fazer outros, e assim já escrevi nove sonetos em fila cerrada. Na organização do livro foi, como de costume, a exuberância que me atrapalhou. Mesmo dando só as peças de carácter puramente lírico, que tenho prontas, ele sairia grande demais. Além disso, não ficaria homogêneo. Decidi, pois, excluir todos os poemas amorosos, e, em geral, aqueles em que transparece, por assim dizer, uma perspectiva idílica ou pitoresca do mundo. Colijo apenas as peças em que predomina o pensamento — um pensamento eivado quase sempre de pessimismo ou tristeza. Deste forma, as da primeira parte (não sei ainda como as batize) se harmonizarão com as da segunda, que será o “Intermédio epigramático”. O livro todo será intitulado Pó e sombra. (Rio, 7 de janeiro de 1966)



Magalhães de Azeredo me contou certo dia em que, juntos, passeávamos pelo Janículo, que o papa Pio XI, sábio historiador e arqueólogo, costumava dizer aos visitantes que uma semana de Roma dava para se ver tudo o que a cidade oferece, mas que um ano, aplicadamente empregado, é apenas suficiente para que se comece a ver o principal. Nunca me esqueço desta maliciosa advertência do velho papa, antigo bibliotecário da Ambrosiana. (Rio, 1 de maio de 1966)



Hoje pela manhã fui até à igreja de Santa Maria da Vitória, a fim de visitar a escultura de Santa Teresa golpeada pelo amor de Deus, de Bernini. Fi-lo em afetuosa lembrança de Carlos Magalhães de Azeredo, que nutria por essa imagem uma amorosa devoção; amorosa mais no sentido da terna admiração terrena do que no da beata contemplação religiosa. Foi ele quem me levou – já lá vão mais de quarenta anos – pela primeira vez a contemplar a estranha realização barroca do mestre seiscentista. Eu tinha idéia de que Azeredo possuía um dos dedos da imagem, que se quebrara e que ele obtivera graças à amizade do guardião. Hoje observei que as mãos de mármore estão perfeitas: houve lapso da minha memória ou restauração da figura. O que Azeredo possuía certamente era uma reprodução da cabeça de Santa Teresa primorosamente feita em mármore, naquela posição caída e voluptuosa que Bernini trabalhou com tanta paixão. Em 1962 Alceu Amoroso Lima e eu ainda a vimos na casa do velho poeta. (*Roma, 23 de junho de 1966*)

~ Alto-mar maralto

Afonso Arinos de Melo Franco

A razão dessa escolha foi que Anah e eu moramos neste mesmo hotel há mais de quarenta anos: ela em 1927, eu em 1925. Como Roma nos parecia festiva e jovem! Lembro-me de um poema, bastante ruim, que então escrevi, no qual procurava fixar a natureza primaveril dos jardins cheios de crianças, em vez das ruínas imperiais e monumentos barrocos. Mostrei esses versos, que não mais possuo, a Magalhães de Azeredo, e ele escreveu a respeito uma carta a Mário

de Alencar, que me foi retransmitida, em cópia, por Jorge, filho do destinatário e meu amigo. Azeredo queixava-se, na carta, da influência de Graça Aranha sobre a nova geração literária (ele não gostava de Graça), e tomava como exemplo a minha pobre poesia. Parecia ao poeta-embaixador que eu, propositadamente, dizia sobre Roma o contrário do que diria um poeta sensível ao passado.

Tanto quanto posso lembrar-me, isto era falso. O que havia nos meus versos não era insensibilidade afetada, mas ignorância genuína e estuante mocidade. Aquela Roma de abril (abril para mim no ano e na vida) era tão sinceramente vista como a de agora, Roma triste sob o sol de agosto. E era, provavelmente, mais provocadora de felicidade, porque, como lá diz o Eclesiastes, quem acresce em saber aumenta em sofrimento. (*Roma, 28 de agosto de 1968*)



Penso em como são raras e pouco marcantes as páginas brasileiras sobre Roma e, mesmo, sobre a Itália. No entanto Joaquim Nabuco, Magalhães de Azeredo, Sérgio Buarque de Holanda aqui viveram, o segundo durante quase toda a vida, e os dois outros por bastante tempo. (*Roma, 7 de julho de 1970*)



Lembro-me perfeitamente da primeira vez que vi a coluna de Marco Aurélio. Foi numa tarde, em 1925. Eu vinha de automóvel, com Magalhães de Azeredo. Passávamos pelo Corso e o meu velho amigo, já bastante surdo, interrompeu o que vinha dizendo para observar com negligência “esta é a praça Colonna”. Tive vontade de pedir-lhe que fizesse parar o carro, que me permitisse descer, admirar o monumento que ali se ergue, desde Marco Aurélio, mas minha

timidez me conteve. Minutos depois flanqueávamos outra vista clássica de Roma e Azeredo (que continuava a falar mal de Graça Aranha) tornou a interromper-se para lançar-me com indiferença: “ali é a fonte de Trevi”... Fitei-a desolado, enquanto o carro circundava a praça e Azeredo não percebia minha ansiedade. (...)

Devotados a Roma foram os embaixadores na Santa Sé: Magalhães de Azeredo, Hildebrando Acioli, Heitor Lira. (*Roma, 19 de setembro de 1971*)

~ Amor a Roma

Afonso Arinos de Melo Franco

Em resumo, pelo que me deu a entender Carlos Magalhães de Azeredo, amigo de mocidade de meu pai e embaixador no Vaticano (a quem ele escrevera para que fosse o meu guia romano), era importante que eu sentisse Roma, antes que viesse a compreendê-la.



O contato continuado de certos estrangeiros que se tornaram romanos, entre eles os brasileiros Magalhães de Azeredo, Deoclécio Redig de Campos e Murilo Mendes, reúne, obviamente, a presença em Roma com a presença de Roma.



As janelas do meu quarto abriam sobre os muros de Aureliano e os jardins da Vila Borghese. Logo que pude comuniquei-me com Carlos Magalhães de Azeredo, a quem vinha recomendado por meu pai. Os dois tinham sido colegas de trabalho, como secretários na Legação do Brasil em Montevidéu, em 1896, ano em que nasceu, naquela cidade, meu irmão Caio, o primogênito, que veio, em 1919, a ser secretário de Azeredo, na Embaixada brasileira junto ao Vaticano.

Em Montevidéu, Azeredo se casara com a jovem Maria Luísa Caymari, filha de um homem de negócios cubano que tinha atividades na Europa, na América espanhola e no Brasil. A família Caymari era ligada, por amizade e por interesses de dinheiro, a Quintino Bocaiúva, que era, como se sabe, filho de argentina. Um dos melhores poemas de Azeredo, publicado no livro *Proclárias*, editado em 1898, é o dedicado à noiva, sob o título “A escolhida”, escrito em Montevidéu no ano de 1895.

Azeredo era dois anos mais moço que meu pai (nascera em 1872) e casou-se em princípios de 1896, enquanto Afrânio se casara três anos antes, em Ouro Preto. Em carta de 30 de janeiro de 1896, a mãe da noiva anunciava a Quintino Bocaiúva: “O jovem se chama Carlos Magalhães de Azeredo, tem talento e boas qualidades... Acaba de ser nomeado para Roma.” Com poucas interrupções, Magalhães de Azeredo ali viveu perto de setenta anos, até que a morte o acolheu, sempre em Roma, mais que nonagenário, em 1964.



Foi então que o governo imperial, em aviso de 19 de maio de 1855, proibiu a admissão de noviços aos conventos. Era matar as ordens religiosas, com o passar do tempo. Não vamos acompanhar os pormenores deste incidente diplomático, os quais não interessam a

esta breve resenha da presença política do Brasil em Roma, até a gestão de Magalhães de Azeredo.



Tendo-se casado com Maria Luísa a 1 de junho de 1896, em Montevidéu, Magalhães de Azeredo embarcou com a esposa para o Brasil, no dia 6, pelo navio *Portugal*. Instalou-se em Petrópolis (provavelmente aquele carioca queria evitar o risco da febre amarela), e, da serra, escrevia ao protetor Quintino Bocaiúva e ao mestre Machado de Assis, de quem se aproximou filialmente, ajudado pelo mestre Quintino. A 23 de junho, segundo a carta de Azeredo a Quintino, o jovem casal partiu do Rio para a Itália, a bordo do navio *North-America*. Em meados de julho devia estar em Roma, onde viveu todo o resto de sua longa vida, como dissemos.

Da Itália começa, em agosto de 1896, sua correspondência com Machado de Assis, publicada em 1969 pelo Instituto Nacional do Livro. Correspondência na qual se destaca a afetuosa solicitude do mestre para com o jovem poeta.

O chefe de Azeredo em Roma, ministro do Brasil junto à Santa Sé, era o mineiro Francisco Badaró, ex-deputado, que havia sido nomeado por Floriano Peixoto. Badaró recebeu mal o jovem secretário, suspeitado de monarquista, e tramou com êxito sua demissão, lavrada por decreto de Prudente de Moraes, em janeiro de 1897. Era natural que o florianista Badaró recebesse mal o antiflorianista Magalhães de Azeredo, o qual, hostil à ditadura de Floriano, pertencera ao grupo de intelectuais que se havia refugiado em Minas, entre 1893 e 1894.

As relações entre chefe e subordinado eram más desde a chegada deste a Roma. Em cartas de Azeredo e Maria Luísa a Quintino, transmite o jovem casal péssima imagem do chefe da Legação.

Quando Azeredo soube da demissão de Badaró, por ele próprio, desabafou mais francamente com Machado de Assis, em missiva de 23 de março de 1897: “Conheço bem o grotesco e detestável ministro com quem tive a desgraça de trabalhar; toda Roma o conhece e sabe do que é capaz... Não quero estender-me muito sobre a fama horrível que ele tem, pela sua grosseria, pela sua presunção grotesca, pela má fé nos contratos, pelo licencioso de sua vida, e pela absoluta negligência nos trabalhos da Legação. Toda gente sabe que ele reside fora de Roma, que só vem aqui, geralmente, para receber os vencimentos no princípio de cada mês, e passa a vida em passeios e caçadas, pela Itália e pelo estrangeiro.”

Devia haver bastante exagero e mágoa compreensível neste desabafo. Badaró, de velha família do norte de Minas (o sobrenome foi adotado por ela como protesto liberal, quando do assassinato, em S. Paulo, do jornalista italiano Líbero Badaró, em 1830), fora nomeado por motivos políticos, por sua fidelidade a Floriano. E Azeredo era, de fato, um monarquista que tinha ficado com a República, como tantos outros (o maior deles foi Nabuco), para fazer sua carreira na diplomacia. Meu pai, companheiro de Azeredo em Montevideú, foi demitido do posto de secretário em Bruxelas, no mês de dezembro, mas por outro motivo: em virtude da lei daquele mês, que suprimiu vários postos diplomáticos por medida de economia. Meu pai disse-me que o sogro, Cesário Alvim, sugerira a Prudente a demissão. Queria talvez a filha junto a si.

Azeredo foi para Paris, onde ficou vivendo com os sogros, que moravam na Avenida dos Campos Elísios. As cartas desse período a Machado de Assis ocupam-se pormenorizadamente do assunto. Graças à intervenção de Quintino Bocaiúva, Azeredo foi, afinal, reintegrado no seu posto de Roma, em janeiro de 1898, nos mesmos mês e ano em que, significativamente, Badaró era dispensado de sua função de ministro. O florianismo declinara e a autoridade civil, com Prudente, se

consolidara. Em carta a Machado, de 10 de fevereiro, Azeredo observa: “A restituição do mesmo cargo que eu exercia e a exoneração do sr. Badaró tornaram completo e inequívoco o ato do governo.”

Nesse período de residência em Paris com o sogro é que ocorreu seu curioso encontro com Eça de Queirós, que ele me contou e que creio já ter narrado por escrito, mas que vale repetir. Para se distrair e, talvez, ganhar algum dinheiro, Azeredo aceitou colaborar na revista brasileira que o paulista Martinho Botelho publicava em Paris, da qual dedicou um número ao grande romancista português. Incumbido de redigir, creio, a nota de apresentação, estava Azeredo na redação quando entra o próprio Eça à procura de Eduardo Prado. Emocionado com a visita daquele que era o ídolo literário de sua geração no Brasil, o jovem Azeredo não obedeceu às instruções de sigilo, e revelou a Eça o preparo do número especial, e que ele ali estava escrevendo o seu elogio. Qual não foi sua decepcionada surpresa ao verificar que Eça não se mostrou nada abalado com a revelação. Sem lhe perguntar sequer o nome, deixou cair, com displicência, já a caminho da porta: “Está a escrever o meu elogio? Pois carregue-lhe no adjetivo...” E retirou-se.

Do mesmo ano de 1898 é a edição, na cidade do Porto, do livro de Magalhães de Azeredo, *Procelárias*, poemas reunidos e, em parte, escritos durante o período de afastamento da carreira diplomática. As mágoas do funcionário injustiçado transparecem no poema inaugural, que dá título ao livro, em estrofes como estas:

*Triunfa o mal; sórdida, a inveja
Tramas combina, em sombras mudas;
Ri o cinismo, o ódio esbraveja.*

*Conspira, intrépida e serena,
A traição; o ósculo de Judas
As fronteiras puras envenena;*

*Os justos são vilmente expulsos;
Coroa os déspotas a plebe
Dando aos grilhões da infâmia os pulsos.*

Sente-se nesses versos a condenação da ditadura florianista e do republicanismo meio terrorista, que se prolongou pelo governo de Prudente de Moraes. Os poemas, escritos a partir de 1890, são oferecidos a Machado de Assis, Olavo Bilac, Raimundo Correia, Coelho Neto, Carvalho Mourão, Filinto de Almeida, Alcântara Machado, Valentim Magalhães, e outros escritores do tempo. O meu volume traz a seguinte dedicatória ao meu tio e homônimo: “Ao caro amigo Afonso Arinos oferece afetuosamente Magalhães de Azeredo. Roma, 1898.”

É de se notar a ausência de versos sobre Roma, o que indica que ou as poesias foram compostas antes de o poeta iniciar ali a sua vida diplomática, ou foram escritas durante a fase de afastamento da carreira e residência em Paris.

Badaró foi substituído logo por Ferreira da Costa, funcionário de carreira, que ficou em Roma até 1902. Azeredo manteve-se no posto com ele. Em 1902 é nomeado Bruno Chaves, outro diplomata de carreira. Azeredo continua como secretário. Provavelmente para assegurar sua permanência no posto, Azeredo viaja ao Brasil em agosto de 1902. Preparava-se para assumir o presidente Rodrigues Alves. O barão do Rio Branco estava escolhido para o Itamarati e Azeredo vinha, como é tão comum na sua carreira, garantir-se junto ao novo governo. Sempre receoso da febre amarela, ficou residindo em Petrópolis, de onde escreve continuamente ao seu mestre Machado de Assis. Em abril de 1903, já estava em Roma, para onde tinha conseguido regressar, graças provavelmente à influência de Bocaiúva junto ao barão.

Nessa ocasião lhe é dado conviver com Joaquim Nabuco, que em Roma se encontrava, a fim de acompanhar, até o injusto malogro, o

litígio de fronteiras entre o Brasil e a Inglaterra, no qual era árbitro, por infeliz concordância nossa, o mesquinho e pouco correto Vítor Emanuel III.

Azeredo experimentou, pouco depois, forte emoção com a doença e morte de Leão XIII, ocorrida em julho, após um quarto de século de pontificado. Lembro-me bem de que, nos últimos dias de minha viagem a Roma, em 1925, o embaixador convidou-me para um passeio ao Janículo, ponto mais elevado da cidade. No alto, ao pé da estátua de Garibaldi (que ali travou a perdida batalha contra os franceses, em defesa da sua República de 1949), Azeredo, sem que saíssemos do carro, dispensou por algum tempo o motorista e comunicou que ia ler-me uma página antiga. Esta página era a descrição do ambiente do Vaticano, durante os últimos dias da vida de Leão XIII. Não sei se tal escrito se encontra nos arquivos de Azeredo, conservados na Academia, nem dele guardo recordação muito precisa. Apenas lembro-me de que era uma peça meio crítica, na qual o então secretário brasileiro anotava as intrigas dos vivos ao redor do grande papa moribundo. Foi a lembrança que me ficou daquela tarde, vivida em um dos mais belos sítios do mundo, em companhia do diplomata e humanista brasileiro.

Em agosto de 1903, foi eleito Pio X, depois santificado. Em 1905, o papa elevava a cardeal o bispo do Rio de Janeiro, d. Joaquim Arcoverde. Na biografia do presidente Rodrigues Alves relatei, com pormenores, os precedentes desse acontecimento. Da narrativa vê-se como o jovem secretário Magalhães de Azeredo participou deles. Em 1898, quando da passagem do presidente-eleito Campos Sales por Roma, Magalhães de Azeredo servia como encarregado de negócios, por causa da demissão de Badaró. Foi nessa qualidade de chefe de missão (posto que ocupava pela primeira vez) que sugeriu a Campos Sales, antes de sua audiência com Leão XIII, a conveniência de iniciar, depois de empossado, negociações efetivas para a preten-

são brasileira de ter o seu cardeal. Campos Sales aceitou logo a sugestão e, pouco depois de assumir a presidência, iniciou as tratativas com o Vaticano, que se concluíram com Pio X e Rodrigues Alves. Azeredo acompanhou tudo de perto.

Em agosto de 1914, momento trágico para a vida da Europa e do mundo, desapareceu Pio X que, no mês seguinte, foi substituído por Bento XV. Em começo do ano de 1915, Azeredo foi efetivado como chefe de missão, sempre em Roma, e entregou ao novo papa as credenciais de ministro plenipotenciário do Brasil. Durante toda a guerra permaneceu nessa categoria, até que, em abril de 1919, foi elevado, pelo governo Delfim Moreira (Rodrigues Alves tinha falecido, sem tomar posse, em janeiro), à função de primeiro embaixador do Brasil na Santa Sé.

No discurso com que apresenta ao papa suas novas credenciais (14 de abril de 1919), Azeredo alude às angústias que se acumulavam sobre o mundo, depois da difícil vitória dos aliados, cinco meses antes. Sente-se a preocupação do embaixador com a vitória dos bolcheviques na Rússia, em novembro de 1918. Diz ele: “Contra o materialismo filosófico e econômico, que, chegado às suas conseqüências extremas, ameaça subverter os mais preciosos tesouros do nosso patrimônio ético e civil, só nos podem proporcionar válida defesa aquelas grandes forças morais, que constituíram, sempre, o supremo paládio do consórcio humano.” Era ao cristianismo que se referia. Sessenta anos depois, quando estas linhas são escritas, a alternativa permanece inalterada, pelo menos para o mundo ocidental: marxismo ou Igreja.

Quando Azeredo foi feito embaixador, era ministro do Exterior Domício da Gama, mas o verdadeiro chefe do governo (“regente”, como o chamavam na Câmara) era Afrânio de Melo Franco. Não é, assim, de se descartar a possibilidade de ter ele influído no ânimo do ministro e no do presidente (ambos seus amigos), a fim de que fosse

elevado, ao topo da carreira, seu velho companheiro de mocidade em Montevidéu.

Como embaixador no Vaticano, continuou Azeredo até aposentar-se, mas nunca deixou Roma, onde viveu, com poucas e breves interrupções, desde 1896 até à morte, em 1964, portanto por quase setenta anos.

Depois de aposentado e viúvo, tornou-se impossível, para o embaixador, que não tinha família no Brasil, regressar ao seu país. Nunca deixou de ser brasileiro, mas sua pátria era também Roma, a única cidade, repetimos, cuja cidadania é compatível com qualquer outra. A última vez em que veio ao Brasil visitou-me, na Rua Anita Garibaldi. Estava já muito idoso. Anah e eu o recebemos para um almoço, ao qual compareceram Lúcia Miguel Pereira e Otávio Tarquínio de Sousa. Embora bastante surdo, Azeredo ainda interessou aos nossos amigos, pela finura e malícia com que falava. A Lúcia atraíram especialmente suas recordações íntimas de Machado de Assis.

A solidão e a aposentadoria eram agravadas, para Azeredo, pela escassez de recursos. Tendo deixado a bela casa da Via Po, ocupava, nos últimos anos, um modesto apartamento no novo (e para mim desagradável) bairro de Parioli, que partilhava – este é o termo – com uma família de antigos empregados italianos. Por ocasião do Segundo Concílio Vaticano, em 1962, ao qual comparecemos Alceu Amoroso Lima e eu, estivemos os dois em visita a Azeredo e nossa impressão foi triste. Para começar, o nome constante da porta de entrada, como morador do apartamento, não era o dele, mas o do empregado.

Lá dentro deparamos o velho poeta sentado em uma poltrona, ainda lúcido, mas dando a impressão de inteiramente entregue aos acompanhantes. Não parecia receoso ou maltratado; mas, sem dúvida, era uma pessoa privada do poder de decisão. Alceu e eu conversamos com ele sobre coisas novas e antigas do Brasil, mas nos retiramos tristes.



Eu estava à espera de Francesco Bianco, amigo da família, a quem, juntamente com Azeredo, muito fiquei devendo naquela primeira visita à Itália. (...)

O poema que escrevi sobre Roma, naqueles dias de abril de 1925, e submeti à apreciação de Magalhães de Azeredo, é um exemplo desse mau gênero, que eu supunha modernista. (...) Relendo-o (coisa que não fazia há tantos anos!) com tal distância de tempo, considero-o tão mau quanto o leitor, se aqui o publicasse. Mas de certa forma, me comove, ou melhor, me entenece. Não pelo que é, mas pelo que fui. Vejo-me como se fosse um outro, um filho (não! um neto!) que reaparecesse depois de longa ausência nesses países do passado, tão esquivos, pungentes, irreais.

(Eis o poema: Roma cheia de luz

*Eu a vi toda coroada de chamas,
a frente secular brilhando sob as gemas
de luz do diadema matinal.*

*O dia era um incêndio inofensivo e lindo,
que sobre a cidade florescida vinha vindo
lentamente, do céu liso como um cristal.*

Roma azul!

*Vi tuas ruas,
vi a estreiteza tortuosa de tuas ruas,
vi roupas multicores estendidas nas janelas,
vi crianças que pedem cigarros ou jogam dados pelas vielas
e vi criadas que empurram carrinhos nos jardins senhoriais.*

*Roma,
doce velhinha acolhedora,
eu vi a eloquência dos teus cocheiros sentimentais...*

Que monumentos de antigüidades são teus fiacres originais!

*No fórum, entre ruínas convidativas como um jardim,
perambulam mulheres inquietantes
que põem manchas escuras na manhã de jasmim.*

*Elas são magras, opacamente vestidas,
têm gestos bruscos que quebram a calma da manhã de ouro
e querem saber detalhes de arqueologia...*

*Elas são loucas: não há ruínas com tão lindo dia,
tudo está novo na manhã luminosa...*

*Roma,
adolescente de cabelos cor-de-rosa.*

*Agora,
são homens louros que trocam idéias em língua rude
sobre a efêmera flor das glórias imperiais.*

*Que ingenuidade! Nesta manhã de primavera
o Palatino é um lindo outeiro sem história,
cujas simples razões de beleza e de glória
são essas três rubras árvores floridas
que se levantam como taças incendiadas
glorificando esta manhã de primavera.*

Taças cheias de vinho perfumado...

*As flores roxo-encarnadas cobriam a terra como uma
túnica carmesim de seda e espuma.*

Túnica efêmera como as púrpuras imperiais...

*E em torno aos homens que discutiam preocupados,
pousando de leve na relva macia
as flores desciam em lentos vôos espiralados.*

*E pareciam frases veladas,
frases aladas de ironia.)*

Transcrevo, a propósito, o que escrevi em *A alma do tempo*, na entrada de 5 de janeiro de 1960:

“Premido pela paixão da escola, escrevi um poema sobre Roma (bastante ruim, aliás) no qual procuro dar largas a impressões de um modernista. Impressões falsas e que eu, no fundo, não sentia. Azeredo não se enganou sobre aquele artificialismo pretensioso. A mim nada disse, a não ser vagas amabilidades, mas a seu fraternal amigo Mário de Alencar escreveu, a respeito, trechos de uma carta que foram copiados e remetidos de torna-viagem pelo meu amigo Jorge, filho do destinatário. Naquela carta, Azeredo se desabafava, junto a Mário, dos ressentimentos contra Graça Aranha. (Azeredo conheceu Graça Aranha em Roma, durante a missão Nabuco, da qual Graça era secretário.) Depois de referir-se generosamente a mim, acentuava o mal que Graça fizera à nossa geração, matando nela (assim ele supunha) a receptividade para a cultura antiga. E aludia ao meu poema, observando, com agudeza, que, nele, eu não exprimia talvez

o que sentisse, mas o contrário daquilo que deveria sentir um poeta não modernista, em contato com Roma.”

Magalhães de Azeredo só se enganava em um pormenor: a influência de Graça Aranha, sob a qual eu me encontrava quando da viagem à Itália, foi-se desfazendo à medida que eu ia avançando no mundo da cultura, mundo cuja universalidade absorve gêneros, escolas e épocas. A cultura é precisamente a fusão, mais espiritual do que intelectual, de todas as formas com todos os tempos.

Apesar de hostil ao movimento de renovação literária que então se processava no Brasil, Magalhães de Azeredo mostrou-se interessado, mesmo desejoso de que eu escrevesse um estudo sobre a sua obra de poeta. Mais em homenagem ao amigo generoso e hospitaleiro do que levado por admiração pelo escritor, declarei-me inclinado a preparar o trabalho. Azeredo remeteu-me, para Genebra, farto material e, em mais de uma carta, reiterava a esperança de que eu não desistiria do intento. A vida me impediu de levar avante o desejo – mais do meu velho amigo do que, propriamente, meu. Com pretensões a escritor “modernista”, não me sentia muito à vontade para escrever sobre um “passadista”, especialmente sobre aquele, que não se destacava no quadro das respeitabilidades preservadas. O caso de Azeredo é relativamente freqüente. Trata-se de escritor com influência cultural sobre os que dele se aproximaram, mas sem obra própria importante. (...)

Azeredo tinha 52 anos em abril de 1925 e, desde a adolescência, viveu dentro da literatura. Estudante na Faculdade de Direito de S. Paulo, jovem bacharel no exílio florianista em Minas Gerais, poeta no Rio do começo da República, autor conhecido, pelo menos reconhecido (graças à proteção de Machado de Assis ele foi fundador da Academia Brasileira), afastado do serviço diplomático brasileiro no Paris de Rio Branco, Eduardo Prado e Eça de Queirós, de novo diplomata na Roma de Nabuco, Graça Aranha e Domício da Gama, finalmente na sua Roma de sempre, Magalhães de Azeredo não co-

nheceu outra vida, outro ambiente, outra preocupação, outra atividade senão a literatura. Durante o mês que passei com ele, só sobre literatura, arte e história conversávamos. Nas ruas de Roma, nas ruínas, nos templos, nos museus, nos grandes parques romanos ou na Embaixada da Via Po, todo ele era recordação viva de Leão XIII, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, D'Annunzio, Heredia, Anatole France, Rio Branco, Joaquim Nabuco, Machado de Assis... Essas sombras nos cercavam pelas vias ilustres da urbe.

A carreira diplomática, que ele praticou quase toda em Roma, com dedicação ainda que pouco trabalho, era o meio que lhe permitia viver despreocupadamente, imerso naquele ambiente cultural dos mais importantes do mundo, do qual Roma era, por tantos títulos, a capital. Utilizando o italiano como o próprio idioma e o francês com desembaraço, Azeredo conhecera, em Paris, Heredia e Anatole France; na Itália D'Annunzio confienciava-lhe os expedientes usados para o seu êxito (sempre provocar um escândalo pouco antes de publicar algum novo livro); sob Leão XIII, Pio X, Bento XV e Pio XI, pôde praticar familiarmente com expoentes do Sacro Colégio e com dignitários eclesiásticos de várias partes do mundo; conversou mais de uma vez com o barão von Pastor sobre o andamento da sua *História dos papas*, uma das mais importantes obras da historiografia mundial.

A primeira vez em que ouvi falar de Pastor, morto em 1929, foi por Azeredo, em 1925. O embaixador não se jactava de sua variada experiência cultural, do seu relacionamento com tantas celebridades, brasileiras e estrangeiras, da sua vivência em tantos ambientes, desde a juventude. As referências, as narrativas, as lembranças, saíam-lhe ao acaso da conversa; Machado de Assis, no Cosme Velho, sentado na sala de jantar, descascando uma laranja; Eça de Queirós em Paris, de óculos escuros, à procura de Eduardo Prado; Pio X retirando o solidéu da cabeça e passando-o, como lembrança, ao ministro do Brasil; o sacristão de S. Pietro in Vincoli (*aqui, houve um lapso de Afonso*

Arinos: a escultura está em Santa Maria della Vittoria) dando-lhe, de presente, um dedo da Santa Teresa de Bernini; os gemidos da jovem muçama no porão da casa materna, na Rua de São Bento, no Rio, gemidos que preocuparam o sinhô moço, no alto da escada, logo tranqüilizado pelo negro velho, que estava com ela no porão: “não é nada, Nhonhô, tô costumando ela co’a coisa”; o cardeal secretário de Estado que, depois de admoestar o embaixador pelo pequeno atraso na audiência papal, ao ouvir a pilhéria de que ficara retido na rua por uma turista bonita, levantou a mão direita e deu-lhe a absolvição...

Essas histórias e outras se misturavam com breves interrupções e um gesto dentro do automóvel em movimento: “Olha (estávamos na Praça do Panteão), ali era uma estalagem onde morava Ariosto... Naquele palácio – não neste, naquele ! – (íamos pelo Corso) era a Embaixada de Chateaubriand... Este teatro (estávamos ouvindo Stravinski reger uma orquestra) é o antigo túmulo de Augusto... Garibaldi morou naquela casa... As grandes estátuas do Capitólio foram desenterradas junto daquela igreja...”



Neste livro tecido de vivência, leitura e meditação, tudo compatível com a modéstia do meu cabedal, ser-me-á permitida uma recordação. É a lembrança saudosa de um adolescente que, em companhia do velho e sábio guia intelectual, Magalhães de Azeredo, assistia a um concerto de orquestra no Augusteo, na primavera de 1925. A beleza da sala, o recolhimento da assistência, flor da sociedade romana, o calor dos aplausos, justificavam-se. Roma, como outras cidades européias, vinha consagrando um maestro que regia sua própria composição. Era homem jovem, chamado Igor Stravinski.



Da estação ferroviária, naquela manhã de abril de 1925, segui, como já foi relatado, para o meu hotel, que era o Flora, colocado na vizinhança imediata dos muros. O quarto que ocupei ficava na fachada, cujas janelas se abrem sobre a milenária construção. Assim, a primeira visão próxima que tive de Roma foram as muralhas e, logo após, as árvores e flores dos jardins da Vila Borghese.

Lembro-me bem. Posso evocar, encostado à janela aberta, o jovem que sorvia com os olhos a paisagem emoldurada pelos batentes de madeira. Distinguia linha sinuosa das fortificações, a porta em arco sobre a Praça Brasil e, logo após, as frondes e relevados do parque. Despertado da contemplação pela campainha do telefone, o jovem ouviu a voz amiga do embaixador Magalhães de Azeredo, que então, aos 52 anos, lhe parecia um velho senhor. “Prepare-se, venha logo, Via Po 32. Temos muito que conversar.”



Esta era a Roma que Montaigne contemplou, a 26 de janeiro, do alto do Janículo. O panorama que se descerra dessa eminência é o mais belo da Urbe. Antes de entrar na descrição montaigniana permito-me recordar aquela que me foi proporcionada por Magalhães de Azeredo, em 1925, e fixada em *A alma do tempo*:

“Além de monumentos grandiosos, de fama universal, Azeredo não esquecia as pequenas relíquias de Roma, porventura mais tocantes, como São Paulo das Três Fontes, que ainda recordo cheia de glícinias em flor, uma pequena capela do Bramante, a Farnesina, a prisão do Tasso, no Janículo. No alto deste monte, certa tarde, junto à estátua de Garibaldi, com a Roma dourada a nossos pés, Azeredo leu-me uma página viva e reveladora sobre a atmosfera de inquietação e intriga que reinava nos corredores do Vaticano, nas horas que precederam a morte de Leão XIII.”



(Lembro agora, com saudade, a demorada visita que fiz à Farnesina, em companhia de Magalhães de Azeredo e Francesco Bianco. O espanto do rapaz brasileiro ao contemplar aquelas paredes, aquelas pinturas, enquanto os velhos amigos lhe abriam os olhos do espírito para novas paisagens dentro de si mesmo...)



Em 1932, deixando com Anah o sanatório Bella-Lui para uma curta excursão à zona dos lagos lombardos e a Milão, eu já podia escrever a crônica “Viagem stendhaliana”, que enviei a Roma, para revisão do meu amigo Magalhães de Azeredo, o qual me devolveu com minuciosas correções e sugestões, todas adotadas na publicação aceita pelos Diários Associados. (“Viagem stendhaliana, in *Espelho de três faces*, Publicações Brasil, S. Paulo, 1937.)

PATRONOS, FUNDADORES E MEMBROS EFETIVOS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

(Fundada em 20 de julho de 1897)

As sessões preparatórias para a criação da Academia Brasileira de Letras realizaram-se na sala de redação da Revista Brasileira, fase III (1895-1899), sob a direção de José Veríssimo. Na primeira sessão, em 15 de dezembro de 1896, foi aclamado presidente Machado de Assis. Outras sessões realizaram-se na redação da Revista, na Travessa do Ouvidor, n. 31, Rio de Janeiro. A primeira sessão plenária da Instituição realizou-se numa sala do Pedagogium, na Rua do Passeio, em 20 de julho de 1897.

CADEIRA	PATRONOS	FUNDADORES	MEMBROS EFETIVOS
01	Adelino Fontoura	Luís Murat	Evandro Lins e Silva
02	Álvares de Azevedo	Coelho Neto	Tarcísio Padilha
03	Artur de Oliveira	Filinto de Almeida	Carlos Heitor Cony
04	Basílio da Gama	Aluísio Azevedo	Carlos Nejar
05	Bernardo Guimarães	Raimundo Correia	Rachel de Queiroz
06	Casimiro de Abreu	Teixeira de Melo	Raymundo Faoro
07	Castro Alves	Valentim Magalhães	Sergio Corrêa da Costa
08	Cláudio Manuel da Costa	Alberto de Oliveira	Antonio Olinto
09	Domingos Gonçalves de Magalhães	Magalhães de Azeredo	Alberto da Costa e Silva
10	Evaristo da Veiga	Rui Barbosa	Lêdo Ivo
11	Fagundes Varela	Lúcio de Mendonça	Celso Furtado
12	França Júnior	Urbano Duarte	Dom Lucas Moreira Neves
13	Francisco Otaviano	Visconde de Taunay	Sergio Paulo Rouanet
14	Franklin Távora	Clóvis Beviláqua	Miguel Reale
15	Gonçalves Dias	Olavo Bilac	Pe. Fernando Bastos de Ávila
16	Gregório de Matos	Araripe Júnior	Lygia Fagundes Telles
17	Hipólito da Costa	Sílvio Romero	Affonso Arinos de Mello Franco
18	João Francisco Lisboa	José Veríssimo	Arnaldo Niskier
19	Joaquim Caetano	Alcindo Guanabara	Marcos Almir Madeira
20	Joaquim Manuel de Macedo	Salvador de Mendonça	Murilo Melo Filho
21	Joaquim Serra	José do Patrocínio	Roberto Campos
22	José Bonifácio, o Moço	Medeiros e Albuquerque	Ivo Pitanguy
23	José de Alencar	Machado de Assis	Jorge Amado
24	Júlio Ribeiro	Garcia Redondo	Sábato Magaldi
25	Junqueira Freire	Barão de Loreto	Alberto Venancio Filho
26	Laurindo Rabelo	Guimarães Passos	Marcos Vinícios Vilaça
27	Maciel Monteiro	Joaquim Nabuco	Eduardo Portella
28	Manuel Antônio de Almeida	Inglês de Sousa	Oscar Dias Corrêa
29	Martins Pena	Artur Azevedo	Josué Montello
30	Pardal Mallet	Pedro Rabelo	Nélida Piñon
31	Pedro Luís	Luís Guimarães Júnior	Geraldo França de Lima
32	Porto-Alegre	Carlos de Laet	Ariano Suassuna
33	Raul Pompéia	Domício da Gama	Evanildo Bechara
34	Sousa Caldas	J.M. Pereira da Silva	João Ubaldo Ribeiro
35	Tavares Bastos	Rodrigo Octavio	Candido Mendes de Almeida
36	Teófilo Dias	Afonso Celso	João de Scantimburgo
37	Tomás Antônio Gonzaga	Silva Ramos	Ivan Junqueira
38	Tobias Barreto	Graça Aranha	José Sarney
39	F.A. de Varnhagen	Oliveira Lima	Roberto Marinho
40	Visconde do Rio Branco	Eduardo Prado	Evaristo de Moraes Filho

ERRATA

O artigo “Centenário de Alcântara Machado”, de Evandro Lins e Silva, publicado no número 28 da *Revista Brasileira*, págs 65-71, tem seu título mudado para “O jurista Alcântara Machado”. O centenário que se comemora em 2001 é o do nascimento de António de Alcântara Machado (filho de José de Alcântara Machado).